

9º



Fórum Internacional
de Patrimônio Arquitetônico
São Luís do Maranhão
BRASIL – PORTUGAL

RELATOS

Diversidade em Diálogos Permanentes

2024

RELATOS

Diversidade em Diálogos Permanentes

Autoras dos Relatos

**Barbara Irene Wasinski Prado
Célia Regina Mesquita Marques
Debora Garreto Borges
Grete Soares Pflueger
Jussara Martins Nogueira
Andreia Jane Leandro Câmara
Bruna Andrade Ferreira
Giovanna Jansen Duailibe
Nairama Pereira Barriga Feitosa**

**9º Fórum Internacional de
Patrimônio Arquitetônico
São Luís do Maranhão
BRASIL – PORTUGAL**

RELATOS

**EDUEMA
2024**

Copyright @ Universidade Estadual do Maranhão

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem expressa autorização da editora EDUEMA. Texto redigido e revisado sob as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa a partir de 1º de janeiro de 2016
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico São Luís do Maranhão Brasil - Portugal: relatos diversidade em diálogos permanentes [recurso eletrônico] (9.: 2023) São Luís, de 14 a 16 de junho de 2023 / Barbara Irene Wasinski Prado, Célia Regina Mesquita Marques, Débora Garreto Borges, Grete Soares Pflueger, Jussara Martins Nogueira, Andreia Jane Leandro Câmara, Bruna Andrade Ferreira, Giovanna Jansen Duailibe e Nairama Pereira Barriga Feitosa. – São Luís: EDUEMA, 2024. Formato: Livro Digital. Veiculação: Digita. 86p.

ISBN: 978-85-8227-536-8

1. Patrimônio. 2. Conservação. 3. Diálogo. 4. Educação. 5. Recomendações. I. Prado, Barbara Irene Wasinski [et.al.] II. Título.

CDU: 904:72

Elaborado por Luciana de Araújo- CRB 13/445

Esta obra é protegida pela Lei 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial), Lei 9.609/98 (Lei de Programas de Computador), Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais) e Decreto 2.553/98 (que dispõe sobre a obrigatoriedade de premiação para inventores de instituições públicas) tendo como co-titulares a Universidade Estadual do Maranhão -UEMA, respeitados os direitos dos autores Barbara Irene Wasinski Prado, Célia Regina Mesquita Marques, Débora Garreto Borges, Grete Soares Pflueger, Jussara Martins Nogueira, Andreia Jane Leandro Câmara, Bruna Andrade Ferreira, Giovanna Jansen Duailibe e Nairama Pereira Barriga Feitosa.

Redação Final, Projeto gráfico e diagramação
Barbara Irene Wasinski Prado

Editora EDUEMA





Sumário

Apresentação	11
Autores dos Relatos.....	13
Sessão Solene de Abertura.....	15
As palestras	17
Vulnerabilidade e resiliência do Patrimônio Arquitetônico construído no Brasil	17
Por um novo IPHAN.....	19
Instalação do Museu do Tesouro Real – Palácio Nacional da Ajuda (2018-2022)	22
O investimento do Plano de Recuperação e Resiliência – PRR na Salvaguarda do Patrimônio Cultural Português 23	
A política de Patrimônio Material de 2023 – 2026	24
MESA REDONDA: RECURSOS E FINANCIAMENTOS	32
ACORDO FIRMADO ENTRE O IPHAN E O FIPA	36
Centros de Interpretação Espaços de mediação e apropriação do Patrimônio Cultural.....	36
MESA REDONDA: INICIATIVAS E INOVAÇÕES	40
Antropogênica e Vagar: Évora capital europeia da cultura 2027 e a salvaguarda de um Patrimônio comum.....	40
Inspecção e caracterização da degradação de pedra em monumentos da região Centro de Portugal: contributos para a sua salvaguarda	42

Metodologia de Inspeção e diagnóstico de Edifícios Antigos.....	43
Erros a evitar na reabilitação.....	44
MESA REDONDA: PESQUISA, DIAGNOSTICO, PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	46
Museu Vila de Vassouras.....	48
BOAS PRÁTICAS-PROJETOS DE REABILITAÇÃO/CONSERVAÇÃO E SALVAGUARDA PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL E SEGURA	49
Boas práticas em gestão do patrimônio em Minas Gerais e Belo Horizonte	49
Cadernos Cidades: patrimônio de todos – CAU/SC	50
Boas práticas: conceitos, ideias e projetos a serem debatidos.....	51
Preservar o passado para nosso futuro - CAU/CE e o ministério público	52
A atuação da comissão temporária de patrimônio cultural do CAU/PE na promoção de boas práticas de salvaguarda	52
Patrimônio, significância cultural e mudança de uso....	53
Ações do CAU/MG na área de patrimônio.....	54
Boas práticas em Patrimônio Cultural em São Paulo	55
Novas perspectivas para o Patrimônio: o papel do ICOMOS	56
Patrimônio Cultural: sentidos em negociação	57
MESA REDONDA: PRESERVAÇÃO DESAFIOS E INICIATIVAS ..	59
Os diálogos e influências múltiplas em torno do Centro Histórico de São Luís e o Quilombo Urbano Liberdade.	59

Educação Patrimonial: uma ferramenta para preservação e salvaguarda do Patrimônio	60
Estúdio Sarasa – Canteiro Vivo - Prêmio Rodrigo de Melo Franco	61
São Luís, cidade azulejo.....	61
Museu do Azulejo de São Luís: Reconstruindo as pontes entre Brasil e Portugal	62
Os paradigmas da arquitetura no mundo contemporâneo	65
<i>MESA REDONDA: REUSO E SUSTENTABILIDADE</i>	<i>67</i>
<i>EVENTOS DO FÓRUM.....</i>	<i>70</i>
EXPOSIÇÃO: URBANISMOS DE INFLUÊNCIA PORTUGUESA.....	70
EXPOSIÇÃO: PANORÂMICA DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUIS PATRIMÔNIO MUNDIAL.....	71
EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS DOS ALUNOS NO HALL DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	72
VIDEO DOCUMENTÁRIOS	72
VISITA TÉCNICA CANTEIRO DE OBRA DA RESTAURAÇÃO DO PALACETE DA RUA FORMOSA	73
<i>SINTESE GERAL DO 9º FÓRUM INTERNACIONAL DE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO.....</i>	<i>75</i>
FIPA PARA A UNIÃO INTERNACIONAL DOS ARQUITETOS- UIA	75
SINTESE DIA 1.....	75
SÍNTESE DIA 2.....	78
SINTESE DIA 3.....	80

RECOMENDAÇÕES FINAIS DESTACADAS DESSE FIPA PARA AUNIÃO INTERNACIONAL DOS ARQUITETOS - UIA.....	82
REFERÊNCIAS	84

Apresentação

O Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico (FIPA) é um evento de grande relevância que reúne profissionais, acadêmicos, pesquisadores e gestores de várias partes do mundo. Seu principal objetivo é discutir e compartilhar conhecimentos sobre a preservação, conservação e valorização do patrimônio arquitetônico. Durante o FIPA, são realizadas palestras, workshops, mesas redondas e apresentações de projetos, que abordam uma ampla gama de temas relacionados ao patrimônio arquitetônico, cultural e histórico.

O fórum promove o intercâmbio de ideias, experiências e boas práticas, destacando técnicas e metodologias para a conservação e restauração de edificações históricas. Além disso, discute políticas públicas de proteção ao patrimônio e o papel dos governos e instituições na sua implementação. A educação patrimonial em escolas e universidades também é um tema central, enfatizando a formação de profissionais especializados na área.

Outro aspecto importante abordado no FIPA é a relação entre preservação do patrimônio e práticas sustentáveis, incluindo a reutilização de edificações e a integração de novas tecnologias.

O potencial econômico do patrimônio arquitetônico e sua contribuição para o desenvolvimento do turismo cultural também são explorados, ressaltando a importância do patrimônio como recurso cultural, educativo e econômico para as comunidades locais e a sociedade em geral.

Aqui relatamos as narrativas da 9ª edição do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico FIPA -Brasil-Portugal, que aconteceu em São Luís do Maranhão, entre 14 e 16 de junho de 2023.

O objetivo desta edição foi discutir os aspectos da preservação do Patrimônio arquitetônico na perspectiva de se encaminhar contribuições e recomendações técnicas e científicas dos palestrantes, para apoiar a União Internacional dos Arquitetos- UIA.

O evento serviu ainda como uma plataforma para estabelecer parcerias internacionais e fomentar a cooperação entre países, incentivando a criação de novos projetos de preservação e valorização do patrimônio.

Em síntese, o FIPA buscou aumentar a conscientização sobre a importância do patrimônio arquitetônico, promovendo sua valorização e proteção em um contexto global.

As informações sobre o FIPA foram sintetizadas a partir de uma análise geral das práticas e objetivos comuns observados neste evento que teve como Coordenação Geral da FIPA a Arquiteta ALICE TAVARES e a Coordenação Geral da FIPA BR/FAUUSP a Arquiteta e Urbanista MARIA RITA AMOROSO.

Autores dos Relatos

O 9º FIPA teve o apoio inscrito na 108ª Assembleia Ordinária do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA realizada no dia 25 de outubro de 2022.

Foram relatoras do Fórum as professoras do CAU-CCT-UEMA:

Profa. Dra. Barbara Irene Wasinski Prado
e-mail: barbaraprado@cct.uma.br

Profa. Dra. Célia Regina Mesquita Marques
e-mail: celiamarques@professor.uma.br

Profa. Dra. Debora Garreto Borges
e-mail: deboragarreto@professor.uma.br

Profa. Dra. Grete Soares Pflueger
e-mail: grete@professor.uma.br

Profa. MSc. Jussara Martins Nogueira
e-mail: jussaranogueira@professor.uma.br

Profa. MSc. Andreia Jane Leandro Câmara
e-mail: andreiacamara@professor.uma.br

Profa. MSc. Bruna Andrade Ferreira
e-mail: brunaferreira@professor.uma.br

Profa. Dra. Giovanna Jansen Duailibe
email: giovannaduailibe@professor.uma.br

Profa. MSc. Nairama Pereira Barriga Feitosa
Email: nairamafeitosa@professor.uma.br

9º FÓRUM INTERNACIONAL
DE PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO - FIPA - SÃO
LUÍS/MA

Sessão Solene de Abertura

Estavam presentes e participaram da sessão solene de abertura no dia 14/06/2023 o Sr. Eduardo Braide - Prefeito de São Luís, Arq. Urb. Maria Rita Amoroso – Coordenadora Geral FIPA BRASIL, Arq. Gonçalo Byrne - Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Arquitectura da UTL e pela Universidade de Alghero , Eng. Aníbal Costa - Prof. Catedrático da Universidade de Aveiro (UA)/Portugal - Coordenador Geral FIPA – Portugal, Prof. Arq. Jose Luís Cortés - Presidente da União internacional Arquitetos – UIA, Arq. Profa. Nádia Someck – Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/Br, Arq. Urb Rafael Passos - Vice-Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, Leandro Grass - Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Arq. Joao Carlos – Diretor Geral da Direção Geral do Patrimônio Cultural DGPC-PT, Walter Canalles - Reitor da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Rui Lourido – Coordenador Cultural da UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa – UCCLA, Arq. Rui Leão – Presidente Conselho Internacional Arquitetura Língua Portuguesa CIALP, Mário Augusto Ribas Nascimento – Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial – OCBPM, Katia Bogéa –Presidente da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico - FUMPH.

Ao início, a palavra foi dada aos presentes. Registram-se entre as manifestações, a fala do Engenheiro Aníbal Costa sobre a importância do conhecimento acadêmico chegar a todos; a da Arquiteta, professora e Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Nádia Someck, sobre a importância da arquitetura e do trabalho dos arquitetos frente à situação de tantas moradias precárias no país; a do Presidente do Instituto Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, Leandro

Grass, sobre a importância da retomada do vínculo entre Brasil e Portugal e do papel do IPHAN nessa relação e da retomada de sua política de investimentos nos centros históricos e no Patrimônio; a do Arquiteto e Diretor Geral da Direção Geral do Patrimônio Cultural-DGPC-PT, João Carlos, sobre o Plano de Renovação e Resiliência Portuguesa, cuja verba destinada para a cultura e, portanto, para a área de Patrimônio deve ser usada até o ano de 2026 e da importância do Fórum para divulgação dos trabalhos realizados e a realizar e das possíveis ações conjuntas e parcerias entre Brasil e Portugal; a do Prefeito de São Luís, Eduardo Braide, sobre a importância da conscientização da comunidade de sua responsabilidade na preservação do Patrimônio.

As palestras

Vulnerabilidade e resiliência do Patrimônio Arquitetônico construído no Brasil

por Arquiteto GONÇALO BYRNE – Portugal

Para falar de vulnerabilidade e resiliência ao Brasil, o arquiteto usou como exemplo o caso de Lisboa, citando dois momentos de extrema vulnerabilidade de seu Patrimônio: o terremoto seguido de maremoto e incêndio, ocorrido em 1755 e que afetou toda a cidade e o incêndio ocorrido em 1988, no bairro do Chiado e como o país foi resiliente no processo de reconstrução respeitando a lógica do uso das edificações pela comunidade em razão de suas necessidades à época, seja interligando praça de comércio e mercado (pós terremoto de 1755), seja adotando edificações mistas (pós incêndio de 1988). O arquiteto também apresentou o projeto de Reabilitação da sede do Banco de Portugal.

Apoiado nas premissas dos profissionais que conduziram os processos, o arquiteto deixou algumas lições que devem nortear a atuação profissional contemporânea:

- A) “O que conta na cidade são as pessoas. Isto é o cerne da questão do Patrimônio”. Logo, o Patrimônio edificado e a cidade são para as pessoas;
- B) A vulnerabilidade da edificação se acelera quando não há pessoas ocupando as edificações. Quando não há vida, não há manutenção;

- C) Pode-se reverter os ciclos de vida das edificações para que elas continuem a ter uso. Onde o ciclo de vida não é contínuo, o Patrimônio é vulnerável;
- D) A cidade contemporânea é a mais vulnerável das cidades em razão de suas rápidas mudanças;
- E) As grandes ameaças da atualidade são: 1- os fenômenos naturais como terremotos e incêndios, em parte causados pelas alterações climáticas provocadas pela 2- ação/omissão humana;
- F) Resiliência tem como definição, em sua concepção, “a capacidade de renascer das cinzas, é a capacidade de reconstruir para voltar a haver vida dentro do edificado”;
- G) Quando cessarem as atividades em uma edificação, estas sejam rapidamente substituídas por outras para que não ocorra o abandono. “Edifícios que perdem seu uso podem ter grande potencialidade para reabilitação com um uso distinto”.
- H) Há vantagem no uso misto nas edificações (comercial e residencial), pois garante a presença das pessoas durante todo o dia, fortalecendo a centralidade dessas áreas;
- I) É interessante mesclar usos públicos e privados nos interiores das quadras, com cruzamentos entre vias e criações de espaços de permanência temporária;
- J) Deve-se evitar a gentrificação, principalmente quando a atividade ocupar grandes áreas.

Por um novo IPHAN

por LEANDRO GRASS - Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN

A partir da contextualização da política dos últimos 4 anos, no Brasil, onde a cultura e o Patrimônio Histórico foram sistematicamente agredidos, Leandro Grass colocou que há de se priorizar a reconstrução dos sistemas de cultura e avançar nas políticas para recuperação do tempo perdido. Citou a refundação do Ministério da Cultura e do IPHAN, este último, que embora não tenha sido extinto como o primeiro, teve sua atuação prejudicada.

Grass também enfatizou a importância de retratar a história, compreendê-la e valorizá-la a fim de impedir que ações como a ocorrida em Brasília, capital do Brasil, no dia 08 de janeiro de 2023, que resultou em séria depredação de patrimônio público não voltem a ocorrer.

Ainda sobre o processo de retomada das ações do IPHAN, salientou a importância da participação das pessoas em todos os níveis e condições.

Para alcançar estes desafios, foram nomeadas ações importantes:

- A) Retomada das discussões sobre a criação de planos de cargos e carreiras para valorização do corpo técnico do Iphan;
- B) Continuação do PAC Cidades Históricas;
- C) Maior intersetorialidade com a tentativa de articular as ações do IPHAN nos centros históricos com o Programa de habitação do Governo Federal e com a criação de novas linhas como: fundo perdido, para valores menores, destinado a famílias que

moram, que ocupam o centro histórico e setores privados que queiram fazer alterações nas edificações. Ainda, com a injeção de ânimo nas ocupações culturais, tecnológicas, educacional e econômica dos territórios;

D) Um novo modelo de programa de investimentos, integrado, que soma à ‘contratação’ da obra, a ‘contratação’ do plano de gestão e de assistência técnica, a fim de promover o Patrimônio na sua integridade e complexidade e permita a sustentabilidade dos bens culturais conservados e restaurados.

E) Retomada da política do Patrimônio imaterial com mais de 1000% de investimento em relação ao ano de 2022;

F) Programa de educação patrimonial como agenda prioritária, uma vez que é vista como fundamental na corresponsabilização pelo Patrimônio, com estratégias locais que dialoguem com os territórios; e previsão de lançamento de edital de pelo menos 2 milhões de reais e de Encontro Nacional de Educação Patrimonial, ambos ainda no ano de 2023.

G) Fortalecer a participação social com a retomada dos comitês gestores de Patrimônio Mundial e restituição do conselho consultivo, com novo decreto a ser publicado ainda em 2023, ampliando as cadeiras da sociedade civil e de pessoas com notório saber, a fim de ampliar sua diversidade e representatividade e criação de novos espaços, comissões e conselhos como o Conselho dos Terreiros Tombados.

H) Patrimônio de matriz indígena e africana como prioridade de agenda;

I) Novos horizontes para a arqueologia, entendida como ferramenta para projeção e fortalecimento da

política de Patrimônio, com projetos que garantam a elevação desse conhecimento para o entendimento do território a partir dos estudos na sua própria dimensão;

J) Promoção de cooperações internacionais em nível regional, com o Mercosul e com a triangulação técnica entre Brasil, Portugal e África. Com a África, os trabalhos deverão apresentar a dimensão da recuperação e de reparação histórica;

K) Reestruturação da gestão do órgão, na perspectiva de gestão colegiada, no desafio de construir o IPHAN do futuro, na perspectiva de buscar as necessidades do povo no contexto das políticas de Patrimônio transformando-as em políticas de inovação;

L) O fortalecimento institucional deverá conjugar a técnica como efetivação de direitos, onde o Patrimônio só terá sentido na humanização e no respeito pelas pessoas, de construção do sentimento de pertencimento onde a atuação deverá ser resultado do pensar coletivamente e da governança colaborativa.

O IPHAN possui para o ano de 2023 um orçamento de 236,1 milhões de reais, dos quais 135 milhões estão destinados para investimento no Patrimônio Brasileiro. Foram 561 Planos de Ações recebidos que em conjunto tem um custo aproximado de 360 milhões de reais. Para compensar essa diferença de verba, o Instituto trabalha para viabilizar a captação de recursos com a iniciativa privada através da lei de incentivo, suplementações de emendas no Congresso e parcerias público-privadas.

Instalação do Museu do Tesouro Real – Palácio Nacional da Ajuda (2018-2022)

por JOÃO CARLOS DOS SANTOS - Arquiteto e Diretor Geral da Direção Geral do Patrimônio Cultural DGPC-Portugal

O Arquiteto apresentou o projeto de construção do Palácio da Ajuda, que em sua totalidade durou mais de 120 anos, considerando-se inclusive esta última etapa atual, da qual participou. O governo de Portugal escolheu a edificação em 2016, para sediar o Museu do Tesouro Real.

A construção atual foi detalhada tecnicamente em relação a materiais, sistemas e técnicas construtivas, além de apresentar a adaptação do uso museal.

Foram apresentadas soluções que completam a edificação atendendo a demandas impostas pelos usos e necessidades e que contemplou a articulação com o entorno de forma harmoniosa, segundo o arquiteto. A obra foi entregue em 2022, atendendo ao cronograma.

Foi realizado um protocolo entre o Ministério da Cultura e a Direção geral do Patrimônio Cultural com a Prefeitura de Lisboa e a Associação de Turismo de Lisboa, entidade que financiou a maior parte do investimento, que foi de cerca de 150 milhões de reais.

O investimento do Plano de Recuperação e Resiliência – PRR na Salvaguarda do Patrimônio Cultural Português

por ELISABETE MOURA LOPES BARREIROS FERREIRA -
Arquiteta e Diretora DEPO – Departamento, Estudos,
Projetos e Obras DGPC – Portugal

A arquiteta apresentou os investimentos em cultura realizados em Portugal, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência-PRR, entendido como um instrumento fundamental para a recuperação econômica e social da União Europeia após a pandemia da Covid-19.

O componente cultural do plano pretendeu valorizar e proteger as artes, o Patrimônio e a Cultura enquanto elementos de afirmação e identidade da coesão social e territorial, bem como prover a diversidade cultural e a criatividade.

O investimento foi tido como uma oportunidade única e histórica de garantir a diversidade em diálogos permanentes para o Patrimônio Cultural. Os recursos provenientes Fundo de Salvaguarda do Patrimônio Cultural e geridas pela Direção Geral do Patrimônio Cultural, forma no total de 150 milhões de euros, foram distribuídos em 3 medidas a serem investidas em 49 equipamentos culturais distribuídos por 21 conselhos portugueses.

A primeira medida seria de requalificação e conservação dos monumentos, museus e palácios públicos, para os quais foram destinados 105 milhões de euros.

A segunda medida refere-se à qualificação dos teatros nacionais, com um total de aproximadamente 43,4 milhões de

euros.

E a terceira medida, destinada ao programa Saber Fazer, que recebeu cerca de 1,9 milhões de euros. Após a submissão da atualização do PRR à União Europeia, foi liberado um reforço de investimento de 40 milhões de euros, também a ser implementado pelo Fundo de Salvaguarda e utilizado para reabilitação, conservação e restauro do patrimônio imóvel e integrado de sítios arqueológicos e mais museus, totalizando 79 equipamentos, incluindo os 5 Patrimônios da Humanidade: Mosteiro de Jerônimos, Palácio Nacional de Mafra, Convento de Cristo, Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro da Batalha. A arquiteta ressaltou que todo o investimento precisa ser utilizado até o ano de 2026.

A política de Patrimônio Material de 2023 – 2026

por ANDREY ROSENTHAL SCHLEE - Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização IPHAN

O Arquiteto citou o FIPA como espaço de divulgação e sobretudo de fala política e destacou o rigoroso reposicionamento institucional após a posse do novo presidente construindo estratégias do ponto de vista do campo do patrimônio cultural assumindo posturas proativas e participativas e efetivamente contribuir para a reconstrução e transformação do Brasil.

O documento diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil de 2022 continha sete acordos:

- (I) Compromisso com a restauração das condições de vida da imensa maioria na da população;

- (II) Compromisso com a defesa da igualdade, da democracia, da soberania e da paz;
- (III) Compromisso com o desenvolvimento económico sustentável com estabilidade;
- (IV) Compromisso com a justiça social e inclusão com direitos, trabalho, emprego, renda e segurança alimentar;
- (V) Compromisso com os direitos humanos, a cultura e o reconhecimento da diversidade;
- (VI) Compromisso com a sustentabilidade social, ambiental, económica e com o enfrentamento das mudanças climáticas; e
- (VII) Compromisso com o povo brasileiro em torno de um Estado de bem-estar social.

Com foco maior nas diretrizes voltadas ao desenvolvimento social e as garantias de direitos, dentre elas:

- Retomar a centralidade e a urgência no enfrentamento da fome e da pobreza;
- Criar oportunidades de trabalho e de emprego
- Investir em educação de qualidade no direito ao conhecimento;
- Tratar a Cultura como uma dimensão estratégica do processo de reconstrução democrática do país e da retomada do desenvolvimento sustentável;
- Implantar o Sistema Nacional de Cultura Retomar as políticas de garantia do direito & cidade;
- Combater as desigualdades territoriais;
- Recriar amplo programa de acesso a moradia;
- Implantar políticas públicas pautadas pela valorização da vida;
- implantar políticas públicas de valorização da mulher;
- Implantar políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural;

Implantar políticas públicas de proteção dos direitos e dos territórios dos povos indígenas quilombolas e populações tradicionais;

Respeitar a cidadania LGBTQIA+ em suas diferentes formas de manifestação e expressão e garantir os direitos e o respeito a pessoas com deficiência.

A Diretoria Colegiada do IPHAN propôs 3 Grupos prioritários de ações para orientar seus trabalhos a partir de 2023:

- (a) As programáticas, que determinam bases estruturantes que devem orientar os planos de ação
- (b) As operacionais, que estão relacionadas ao fortalecimento dos princípios da Administração Pública, o aperfeiçoamento da capacidade de gestão e o enfrentamento de urgências institucionais;
- (c) As orçamentárias, que visam orientar as especificidades das propostas.

Em sua fala citou que houve um aumento nos planos de ação e orçamento de patrimônio material, com orçamento recorde aprovado de 85 milhões de reais. Citou ainda 13 ações prioritárias definidas pelo DEPAM (2023-2026):

1. Garantir o direito a cidade:

- (a) elaborar normas de preservação de conjuntos urbanos tombados; e
- (b) certificar processos de proteção que apresentem inconsistências na definição de valores ou na delimitação do bem reconhecido;

2. Garantir o direito à moradia:

- (a) definir diretrizes normativas que contemplem e estimulem a instalação de habitação em conjuntos urbanos tombados;

(b) regulamentar o Artigo 19 do Decreto-Lei 25/1937, que trata da falta de recursos, por parte dos proprietários, para a necessária conservação de imóveis protegidos e da urgência para a realização de tais obras; e

(c) instalar Canteiros Modelos de Conservação, capazes de articular instituições e comunidade, com o intuito de agilizar e democratizar os investimentos em conservação do patrimônio cultural;

3. Garantir o direito ao espaço inclusivo e acessível:

(a) definir diretrizes normativas que contemplem e estimulem intervenções em bens protegidos, de maneira a torná-los qualitativamente inclusivos e acessíveis.

4. Diminuir as desigualdades regionais:

(a) priorizar a região Norte historicamente pouco representada e apoiada por políticas de patrimônio cultural.

5. Promover a igualdade racial e combater ao racismo estrutural:

(a) priorizar os processos de tombamento de terreiros;

(b) finalizar os processos relacionados à grupos sociais negros;

(c) participar da gestão do Cais do Valongo;

(d) finalizar a rerratificação do processo de tombamento da Coleção Nosso Sagrado;

(e) participar no comitê de trabalho interdepartamental para a preservação do patrimônio cultural de matriz africana; e

(f) instalar Canteiros Modelos de Conservação que particularmente, trabalhem com povos de terreiro.

6. Promover os direitos dos povos indígenas:

- (a) elaborar protocolo de consulta aos povos indígenas, conforme previsto pela Política de Patrimônio Material; e
- (b) promover o inventário dos modos de fazer das habitações indígenas tradicionais.

7. Promover os direitos dos povos quilombolas:

- (a) revisar o conceito institucional de "quilombo";
- (b) enfrentar o tema do tombamento constitucional dos remanescentes de quilombos; e
- (c) finalizar os processos de tombamento de quilombos abertos.

8. Promover os direitos das populações tradicionais:

- (a) instalar Canteiros Modelos de Conservação que, particularmente, trabalhem com mestres e técnicas construtivas tradicionais.

9. Promover o patrimônio sensível:

- (a) participar da concepção e implantação do "Memorial 8 de janeiro de 2023"
- (b) regulamentar os Lugares de Memória, conforme previsto na Política de Patrimônio Material;
- (c) finalizar os processos de tombamento abertos, relacionados com a Ditadura Militar,
- (d) instruir processos de reconhecimento de bens culturais relacionados com grupos sociais historicamente estigmatizados

10. Atuar na modernização e ampliação da infraestrutura nacional:

- (a) participar no Licenciamento Ambiental, LA;

- (b) participar do processo de revisão da Instrução Normativa que estabelece os procedimentos administrativos observados pelo IPHAN no LA;
- (c) definir os fluxos relacionados com a manifestação do DEPAM em processos de LA;
- (d) definir os conceitos pertinentes ao patrimônio material relacionados com o LA, e
- (e) qualificar os projetos de intervenção em bens acautelados.

11. Atuar na prevenção e combate à corrupção e lavagem de dinheiro.

- (a) autorizar a exportação temporária de bens culturais acautelados;
- (b) monitorar a circulação de bens arqueológicos;
- (c) monitorar o comércio de bens culturais;
- (d) participar da elaboração do Código de Ética de Negociantes de Bens Culturais, e
- (e) colaborar com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, COAF.

12. Recuperar uma política externa ativa e altiva:

- (a) participar das discussões propostas pelos fóruns e instituições internacionais relacionadas ao patrimônio cultural;
- (b) participar da revisão da Lista Indicativa do Patrimônio Mundial;
- (c) participar da elaboração de candidaturas ao Patrimônio Mundial e Mercosul,
- (d) participar do Comité de Prevenção e Combate ao Tráfico ilícito de bens culturais do Mercosul;
- (f) elaborar diretrizes de gestão e de conservação de bens culturais internacionalmente reconhecidos.

13. Estabelecer condições de segurança jurídica:

- (a) revisar a Portaria 41/2022 (Patrimônio Ferroviário);
- (b) produzir estratégia para o encerramento das atividades de valoração,
- (c) produzir estratégia e definir modelos de cessão de bens ferroviários;
- (d) revisar a Portaria 11/1986 (Tombamento);
- (e) produzir estratégia e parecer técnico para o encerramento de processos de tombamento antigos;
- (f) revisar a Portaria 127/2009 (Chancela);
- (g) revisar a Portaria 420/2010 (Autorização),
- (h) regulamentar a rerratificação de processos de tombamento:
- (I) regulamentar a Lista Indicativa, conforme definido na Política de Patrimônio Material
- (i) regulamentar os Canteiros Modelo de Conservação;
- (j) recadastrar sítios arqueológicos;
- (k) definir estratégias e homologar as informações do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG);
- (l) participar do Comitê Gestor do SICG;
- (m) promover ações de capacitação técnica, e
- (n) publicar manuais de orientação técnica.

Logo em seguida foram citados alguns exemplos de projetos especiais que estão sendo finalizados como: O Museu Nacional, o Palácio Capanema, Cais do Valongo.

O arquiteto finalizou sua fala confirmando a colocação em prática a política de patrimônio material de um programa robusto que até o final de 2023 tem 82 obras para finalizar, quase 90 milhões para executar, além dos 35 milhões para finalizar o PAC Cidades Históricas. E encerrou fazendo uma menção ao programa de investimento do governo citando a proposta do IPHAN dividida em 2 grandes blocos de ações:

1 - Lista de obras: contemplando a possibilidade de finalização de obras que já estavam previstas no PAC que não foram realizadas mais que tinham projetos, um edital para novas obras, para que os diferentes estados do Brasil apresentem projetos voltados ao patrimônio nacional. Essa lista de obra deverá ser associada a um plano de ocupação e sustentabilidade com a preocupação para que essas obras tenham devidos usos para que esses projetos sejam habitados.

2 – Habitação em centros históricos: que concentra um esforço maior e outro nível de investimento.

O conjunto dessas 2 ações, lista de obras e habitação em centros históricos inclui um investimento inicial de um bilhão de reais está na casa civil para ser discutido para ser aprovado.

MESA REDONDA: RECURSOS E FINANCIAMENTOS

Participaram a Arquiteta Maria Rita Amoroso como Moderadora, ELISABETE MOURA LOPES BARREIROS FERREIRA - Arquiteta e Diretora DEPO – Departamento, Estudos, Projetos e Obras DGPC – Portugal, LEANDRO GRASS - Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, JOÃO CARLOS DOS SANTOS - Arquiteto e Diretor Geral da Direção Geral do Patrimônio Cultural DGPC- Portugal, ANDREY ROSENTHAL SCHLEE - Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização IPHAN.

A primeira pergunta foi elaborada pela arquiteta Maria Rita e direcionada a arquiteta Elizabeth citando sua apresentação de valores e perguntando: Como funciona esse planejamento em Portugal em um primeiro momento precisa haver o projeto e a verba é disponibilizada de qual maneira, onde se capta e quem administra essa verba?

A arquiteta cita que esse instrumento PRR surgiu para alavancar a economia, houve um incremento pós-covid da união europeia para vários países, incluindo Portugal. Depois o governo nacional redistribuiu essa verba entre vários ministérios incluindo a verba que ela apresentou que foi colocada para o ministério da cultura que inclui a salvaguarda do patrimônio. Relatou que toda essa verba é extra ao orçamento anual que eles tinham para investir e a dificuldade de se gastar esse dinheiro que precisa de projetos em um tempo curto que seria até 2026.

A mesma pergunta foi direcionada ao arquiteto João Carlos que ressaltou que esse instrumento PRR é fruto da resiliência e que o governo português resolveu investir em museus,

monumentos e palácios nacionais, todos imóveis do estado. Ressaltou novamente da dificuldade em se ter os projetos prontos para serem executados tão rapidamente. Citou a esperança de que esse investimento seja prorrogado o prazo. Relatou um segundo problema relacionado a falta de mão de obra na construção civil e falta de empresas especializadas para a realização desse tipo de obra relacionada ao patrimônio, vale destacar também o interesse em formar técnicos especializados nessa área específicas, pois mostrou a impossibilidade de se buscar esse tipo de serviço em países vizinhos como a Espanha, pois esses receberam também esses investimentos. O terceiro problema relatado pelo arquiteto é a falta de fornecimento de materiais principalmente por conta da guerra na Ucrânia e já agravado anteriormente pela pandemia. Por fim a arquiteta Elisabeth retomou para salientar a dificuldade da burocracia portuguesa dentro desse processo.

Na segunda pergunta a arquiteta Maria Rita direciona ainda para os arquitetos portugueses e diz respeito à relação dos impostos com os investimentos dados ao patrimônio para a reabilitação? Como ele é utilizado?

Sem responder diretamente sobre os impostos, o arquiteto João Carlos explicou um pouco sobre a entrada de receitas que eram diversas e que possuíam 55% de receitas próprias e que o Ministério da cultura tinha menos de 1% de verbas do orçamento anual do país.

A arquiteta Maria Rita direcionou a terceira pergunta ao presidente do IPHAN Leandro: Considerando o imenso desafio que é presidir o IPHAN, como ele considera o papel das relações internacionais principalmente, as relações entre Brasil e Portugal?

O presidente do IPHAN relatou sempre acreditar importante a relação Brasil Portugal principalmente porque ela está relacionada à nossa memória. Ressaltou a grandeza que

Portugal tem na sua política de Patrimônio e de capacidade técnica indicando a grandeza da partilha dos seus conhecimentos, citou ficar entusiasmado com a disposição de Portugal também em querer aprender com o Brasil, lembrando a relação colonial anterior transformada em uma relação de cooperação mútua existente atualmente sem hierarquização dessa relação. O presidente citou ainda vários acordos assinados sinalizando o interesse em olhar o conjunto das outras nações que também fazem parte da nossa história, citando os países da África, não só os que falam a língua portuguesa, ressaltando que a abertura para o mundo faz parte do processo de desenvolvimento, da ressignificação histórica e do atual projeto do governo.

A quarta pergunta é direcionada ao arquiteto Andrey e questiona sobre como é dirigir o DEPAM, um órgão que geralmente não gera uma pauta positiva para o IPHAN, sendo um órgão de grande conflito?

O arquiteto respondeu dizendo que encara com grande naturalidade. Lembrando que o patrimônio foi sempre um lugar de conflito, uma vez que o departamento foi sendo construído ao longo do tempo com normas legais. Lembrando que o órgão precisa aprovar e desaprovar alguma coisa e que está sujeito à aprovação e a desaprovação de muitas pessoas. Relatou que devemos confiar na instituição IPHAN e nos servidores que possuem um posicionamento técnico.

A quinta pergunta realizada pela Maria Rita e dirigida ao Leandro do IPHAN e ao arquiteto João Carlos do DGPC: no atual contexto pós pandemia, a volta da normalidade, como o IPHAN- Brasil e o DGPC- Portugal podem ajudar concretamente na proteção do Patrimônio Cultural quando parece haver outras prioridades, principalmente na área da saúde, da economia?

Leandro coloca que o Patrimônio alcança possibilidades para

além do campo cultural, uma vez que ele é renda, oportunidade, gera desenvolvimento territorial e oportunidade de bem-estar e saúde. Então podem ser pensadas possibilidades em relação à gestão urbana, cidades inteligentes, sustentabilidade... O que é preciso é projetar a identidade Patrimonial, que é intersetorial, de uma maneira mais fácil e compreensível para a população e para os governos e que o IPHAN tem colocado para os outros ministérios e autarquias que há como trabalhar em conjunto, citando diálogos com a FIOCRUZ e o ministério da saúde. Para o Leandro esta forma de trabalho pode ajudar a forma como o IPHAN é visto pela população.

O João Carlos corroborou com a fala do Andrey sobre o fato de se não haver consenso em alguns assuntos pertinentes ao CGPC e que o Patrimônio e a área de cultura em geral em Portugal, como pode ocorrer em outros países é sempre delegada a um segundo plano. Entretanto, relatou que na primeira versão, o PRR não possuía verba destinada à cultura e que após pressão de movimento gerado dentro e pela própria sociedade, o investimento foi criado, demonstrando a importância da participação popular.

Todos agradeceram a oportunidade de participar do evento, de olhar o que está sendo realizado pelos pares. A parceria Brasil- Portugal também foi exaltada. Leandro convidou para que os presentes se inscrevessem no Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

ACORDO FIRMADO ENTRE O IPHAN E O FIPA

Solenemente ocorreu o momento de assinatura do protocolo de intenções entre o IPHAN e a coordenação geral do FIPA Brasil para a realização do Fórum Internacional sobre Patrimônio Arquitetônico Brasil – Portugal que estabelece, segundo o presidente do IPHAN Leandro Grass, algumas iniciativas e estratégias, simbolizando esse compromisso da parceria e da relação para que nos próximos anos seja dado continuidade para essa proposta importante para as duas nações Brasil e Portugal. A coordenadora do evento Maria Rita agradeceu e disse se sentir honrada em cancelar novamente esse acordo.

Centros de Interpretação Espaços de mediação e apropriação do Patrimônio Cultural

por ANTÔNIO PONTE - Consultor do Organização das
Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial-OCBPM

O arquiteto apresentou um projeto de organização das cidades brasileiras de Patrimônio mundial, inicialmente apresentando o conceito que vem sendo aplicado observando que o processo de patrimonialização é sempre um processo de reconhecimento e de atribuição de valor a um conjunto de bens que vem se distinguir ao longo do tempo no processo de apropriação e criação de fatores de identidade junto da população e dos turistas. Relatou que o

patrimônio cultural é o fator fundamental de criação de memória, identidade e de desenvolvimento de criatividade dos povos e devemos ter o patrimônio como algo de dimensão pública que está além do interesse pessoal de cada um podendo ter dimensões variadas.

Foi trabalhado um conjunto de bens que representam territórios físicos e culturais que são promovidos através de análises, desenvolvimento da ação do homem no tempo e no espaço. Reforçou que as comunidades devem ser indutoras do processo de patrimonialização, sendo que essas comunidades funcionam como ponto de partida e para que isso aconteça a comunidade precisa entender a importância e o valor dos bens patrimoniais. Citou a importância de se construir esse conjunto de espaços com 2 fatores: serem espaços atrativos para os turistas e serem espaços que tenham valor para a comunidade, retratando uma nova forma de se ver o patrimônio a partir das comunidades que são construídas, resultando sempre da atividade humana no tempo e no espaço.

O arquiteto relatou ainda que devem ser trabalhadas várias dimensões de ação que passam pelo estudo, pela interpretação, pela comunicação e por trabalhos voltados à educação patrimonial que vai permitir um maior reconhecimento e apropriação, sendo fato determinante para que essa comunidade valorize seus bens materiais e dessa forma ajudar na sua promoção. É preciso perceber os valores do patrimônio cultural: valor patrimonial e valor cultural, para que se possa perceber os outros valores: científico, social, educacional e econômico. Foi apresentado o selo do patrimônio mundial que funcionará como um símbolo de valor cultural, notoriedade e atrativo territorial.

Os Centros de Interpretação do Patrimônio Cultural têm como premissas: sustentabilidade dos recursos como determinante da sustentabilidade, cultural, patrimoniais

ambiental de destinos; - Assegurar a acessibilidade universal; - Assegurar a inclusão e integração social (igualdade de gênero, raça, nível econômica e social; - Assegurar a autenticidade face à mercantilização da cultura; - Procurar reduzir as assimetrias, preservar a Identidade face à Globalização; -Promover experiência substituindo as visitas; - Garantir o reconhecimento do patrimônio cultural pelas populações tendo em vista a reforço do acolhimento dos turistas; - Garantir o cumprimento da capacidade de carga dos bens patrimoniais evitando o stress sobre ocupação e reduzindo os riscos de perda dos bens.

Os Objetivos: Alcançar uma efetiva gestão património mundial brasileiro (valorização, educação, investigação, informação, gestão, comunicação, captação de públicos) - Promover a percepção dos bens culturais, sempre que possível em rede (Cada vez mais o visitante se organiza em percursos multifacetados); Articular as diferentes capacidades de resposta dos recursos patrimoniais (identificar as forças e as fraquezas dos recursos, hierarquizar ofertas mediante os públicos-alvo, constituir uma oferta complementar, robustecer a oferta conjunta reduzindo fraquezas individuais); Criar estruturas que permitam uma maior eficácia na estruturação da oferta turística dos locais com bens Patrimônio Mundial; Potenciar o desenvolvimento socioeconómico dos locais património mundial através do aumento das estruturas turísticas, do fomento do desenvolvimento sociocultural e aumentar a oferta de emprego não sazonal património cultural e reduz a sazonalidade dos destinos aumentando as receitas dos locais; Qualificar a oferta turística de forma estruturadas garantindo a sustentabilidade dos destinos; Dar respostas a maior exigência do público para conhecer o passado - Vestígios patrimoniais Maior exigência para atualizar o património - dar respostas ao presente, construir instrumentos que possam

perceber e criar pertencimento dos recursos patrimoniais; Apoio à elaboração de plano de ação e investimento físicos e digitais que permitam património melhor interpretação e compreensão.

Sempre tendo como base a utilizações dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU, percebendo assim de que forma o património natural pode cumprir cada um desses 17 objetivos.

O arquiteto ressaltou ainda que as alterações climáticas vêm causando a destruição do património físico e imaterial e que devemos observar os 4 indicadores climáticos do desenvolvimento sustentável.

Por fim, devem relacionar o seu conteúdo com as informações genéricas que os visitantes detêm, emocionar, motivar e despertar o interesse pelos bens; orientar para diferentes segmentos de públicos; interpretar e não somente informar; organizar hierarquicamente a informação.

MESA REDONDA: INICIATIVAS E INOVAÇÕES

No dia 15/06/2023 aconteceu a mesa redonda com as palestras de ANIBAL COSTA, ALICE TAVARES e ANA PAULA AMENDOEIRA.

Antropogênica e Vagar: Évora capital europeia da cultura 2027 e a salvaguarda de um Patrimônio comum

por ANA PAULA AMENDOEIRA/PT- Diretora da Direção Regional de Cultura do Alentejo/PT

A palestrante Ana Paula Amendoeira, diretora da regional de Cultura do Alentejo (DRC Alentejo) abordou a aproximação das relações recentes de discussões e produções científicas, artísticas e culturais em encontros nos últimos anos de Portugal (2022), Brasil (2023) e Cabo Verde (2024) e como esses alinhamentos estão levantando pontos críticos e inspiradores contra formas de opressão do capitalismo e a dominação entre países que escravizam as sociedades alheias em tempo remoto e na contemporaneidade, com 03 aspectos principais: Lugar de responsabilidade, Ética e Antropocênica, que descreve esse encontro com multidiversidade de expressões culturais.

Em seguida, discorre sobre a escolha do Alentejo como Capital Europeia da Cultura 2027 e da salvaguarda do patrimônio comum. Ressaltando a importância dos territórios com a posição ativa e proativa. Nesse contexto inserem-se os diálogos com o Brasil em reflexão com Portugal e Cabo Verde.

Enfatiza o antropoceno, época das transformações provocadas no planeta por impactos da atuação humana onde predomina o viver urbano e suas limitações com o processo da globalização. Apresenta sobre as características dos alentejanos e correlaciona o termo VAGAR ao jeito de ser alentejano. Mais calmo, mais lento, mais vivenciado, pausado nas cenas do cotidiano. Desacelerar para pensar, absorvendo a poética dos lugares. Considerando a pré-existência da paisagem cultural, busca defender a remediação de danos da destruição do Alentejo e o desconhecimento da riqueza Paisagística. Importante aspecto da fala é a lembrança do uso de Cultura Natureza como se não fizessemos parte da Natureza. “Nós somos a Natureza” e, portanto, isto é “Lidar Conosco”. Homem versus natureza. Uma provocação é dada pela inversão de um valor do discurso patrimonialista: de saber-fazer para fazer-saber. Citou que a Vila Romana embora em ruínas nunca foi abandonada e ainda é um exemplar importante do Mundo Romano no Alentejo. Ana Paula Amendoeira apontou ainda como um dos maiores problemas para a resistência da cultura é a visão cega dos profissionais envolvidos com o Patrimônio histórico e da própria sociedade em geral. Na opinião da palestrante a criticidade é válida, porém ela não deve ser única. A posição ativa e proativa de resistência às ações e decisões referentes às paisagens culturais devem ser permanentes, assim como a diversidade e os diálogos estimulados pelo fórum. Discorreu sobre Práticas brasileiras tais como:

Arqueologia social inclusiva da humanidade da Chapada do Araripe – Brasil; Educação patrimonial de jovens e crianças e recuperação de edifício do projeto Fundação Casa Grande, Museu orgânico encerrando um conjunto de mitos, sonhos, da fauna da flora das comunidades indígenas na construção do imaginário, como pontas e pontos estimulantes de exemplos e inspirações. A imagem simbólica como ponto de partida para

as crianças das comunidades indígenas permanecerem com cultura, memórias e sonhos; Ações do Instituto Pedra – escola de Artes e Ofícios na recuperação de edificações e de educação patrimonial em canteiros próprios, em Mariana, MG. Um local de referência de como a organização, nem pública e nem privada, a partir de um projeto comunitário e o aprendizado com e para as pessoas pode ser uma experiência a serviço do conhecimento. O instituto compreende que “a nossa vida é tudo e que o patrimônio é tudo” e esse saber só fará sentido se for compreendido de uma forma holística. O saber fazer é mais importante que o patrimônio, e assim apresenta o Fazer Saber, o encontro de Criatividade.

Inspeção e caracterização da degradação de pedra em monumentos da região Centro de Portugal: contributos para a sua salvaguarda

por ALICE TAVARES (coautor- ANIBAL COSTA)

A palestra técnica-científica de Alice Tavares, Coordenadora Geral FIPA –PT e Professora pesquisadora da Universidade de Aveiro/DEMAC- CICECO-UA, apresentou os laboratórios da CICECO sendo utilizados de modo integrado e no caso específico da demonstração, focalizou estudo a partir da inspeção e diagnóstico do desgaste e da degradação das pedras em construções, frente ao tempo, às intempéries e às intervenções antrópicas. Foram tratadas as condições de pedra de exteriores fachadas, pedras de fundações, pedras de sustentação e vedação danificadas por causas variadas. E apresentado a aplicação de testes laboratoriais de durabilidade, compressão, desgaste, acidez etc.

Outra demonstração, foram os resultados dos efeitos da prática vernacular da caiação na conservação de alvenarias de adobe, determinadas com testagens laboratoriais físico-químicas que concluíram que a caiação ajuda na conservação do patrimônio cultural.

Como inovação no campo do Patrimônio Cultural português e espanhol demonstrou a pesquisa sobre as construções rurais, espigueiros que servem para armazenar e secar o milho e a candidatura dos Espigueiros direcionada à UNESCO no intuito de preservar tais estruturas dando continuidade ao uso.

Alice Tavares falou sobre a importância da proteção patrimonial, da liberdade de escolha entre o que preservar ou não em edifícios já com transformações, decidindo o que fazer e como fazer, explicando a importância de cada momento com linguagem simples.

Metodologia de Inspeção e diagnóstico de Edifícios Antigos

por ANIBAL COSTA (coautora ALICE TAVARES)

Anibal Costa, Professor catedrático da Universidade de Aveiro (UA)/ Portugal, apresentou a metodologia que costuma utilizar na inspeção e diagnóstico de edifícios antigos e citou que inventariar é uma etapa fundamental do processo. Como exemplos, apresentou uma pesquisa onde inventariou Casas Gandaresa, pertencente à arquitetura de terra (adobe), de três cidades, registrando suas tipologias, sistema construtivo, materiais, saber como se trabalha e realizando ações de sensibilização e de formação. Um manual de boas práticas chegou a ser elaborado para ensinar a comunidade com sugestão de aplicações de técnicas entre outros livros, guias e

congressos. Ainda, ele chegou a construir uma casa em laboratório para submetê-la a testes sísmicos. Cita também da importância de dar apoio às obras e mostra vários exemplos de edificações que passaram por processos de inspeção.

O Professor enfatizou que construções de terra são resistentes e duráveis, ao contrário do que possa ser comumente dito, mas que muitas pessoas não sabem lidar com este tipo de edificação quando em uma necessidade de reformas e criou uma estratégia geral de defesa das Casas Gandaresas, com uma escala de níveis de autenticidade e integridade.

Em especial, apresentou a metodologia de diagnóstico da edificação desde a cobertura às fundações passando por tetos, forros, vedações, alvenarias, pisos e estruturas. Considerou que a madeira ainda é o melhor material para construções e acentuou a necessidade de uma Política de Arborização Sustentável (grifo nosso) para fazer frente a demanda de madeiras para construção, especialmente em áreas sujeitas a tremores de terra.

Erros a evitar na reabilitação

por ANIBAL COSTA – Professor catedrático da Universidade de Aveiro (UA)/ Portugal

Em sua fala, Aníbal Costa explica que mudou um pouco o tema de sua fala, mantendo o mesmo da fala anterior. Apresenta uma edificação pombalina e explica, em tom de crítica, que a reabilitação muitas vezes em Lisboa está sendo realizada com a destruição do Patrimônio e que o Patrimônio não é a fachada. Cita mais uma vez a importância dos relatórios de inspeção e diagnóstico prévios às obras. Apresentou os

procedimentos de inspeção realizados pela sua equipe com: recolha e análise histórica, caracterização geométrica, inspeção visual, sondagens, ensaios, mapa de anomalias e proposta de intervenção. Todas as informações formam o Relatório de Inspeção e Diagnóstico.

Em seguida, o Aníbal Costa apresentou com riqueza de detalhes e exemplos o passo a passo dos procedimentos e ensaios citados. Aborda a importância de compreender a lógica da leitura arquitetônica e sua relação com as transformações. Coloca também que é fundamental que as intervenções de reabilitações em edificações existentes sejam realizadas por uma boa equipe multidisciplinar com uma boa coordenação, que exista um relatório de inspeção e diagnóstico, um bom projeto e um construtor que tenha conhecimento de técnicas tradicionais e reabilitação. Também falou sobre o Manual de boas práticas.

MESA REDONDA: PESQUISA, DIAGNOSTICO, PARTICIPAÇÃO POPULAR

Essa mesa foi composta pelo Moderador Luiz Fernando Almeida- Presidente do Instituto Pedra, por Aníbal Costa, Professor catedrático da Universidade de Aveiro (UA)/ Portugal e Alice Tavares, Coordenadora Geral FIPA –PT e Professora pesquisadora da Universidade de Aveiro/DEMAC-CICECO-UA.

Luiz Fernando inicia sua fala sobre o direcionamento do FIPA e refletiu sobre o desenvolvimento da pesquisa no campo disciplinar na área de Patrimônio e como no Brasil esse desenvolvimento ainda é incipiente. Ele expõe a problemática de poucas Universidades no país com laboratórios voltados para a área de patrimônio e muito pouco presente no cotidiano de ação e reflexão do Patrimônio, o que leva a uma consequência direta de limitação da aplicação de metodologias claras que são de domínio comum dentro do exercício de recuperação e restauração do Patrimônio.

As perguntas foram realizadas seguidamente pelo Luiz Fernando Almeida: 1. Quando leio inspeção e diagnóstico como o título das mesas da manhã e dessa, eu penso na metodologia de elaboração de projeto de restauro... Como enxergam a existência de dois vetores, o desenvolvimento do conhecimento específico e o conhecimento, cada vez mais necessário, global e totalizante que o campo do Patrimônio requer. 2. Citando São Luís do Maranhão, os desafios da escala do diagnóstico, elevado a uma escala urbana... uma reflexão de que o uso de diagnóstico deveria ser um instrumento de definição de políticas públicas. 3. ...situações complexas e multidisciplinares são cada vez mais presentes. Essa condição

de complexidade é um desafio para o método?

Alice Tavares responde que de fato as questões são complexas, mas que podem se articular se existir planejamento, que antecipe a intervenção e cita que cada município deveria ter uma base de dados de caracterização do edificado que registrasse a arquitetura e todos os elementos que constituem os edifícios e uma apreciação da situação. Cita também que a responsabilidade não pode ficar apenas a cargo do técnico. Que as cidades deveriam trabalhar de modo articulado com as universidades, sendo que estas últimas também precisariam ser trabalhadas pois abordam muito o conhecimento estético.

Anibal Costa cita o papel fundamental das Universidades na transferência de conhecimento da universidade para o meio técnico e que este sempre foi um objetivo do FIPA. Citou que São Luís lhe parece um diamante bruto cujo patrimônio tem autenticidade e integridade. Colocou que uma ação de pintura das fachadas poderia convidar a população a se animar e sentir vontade de pertencer. Que a população tem que ser conquistada a estar ao lado do Patrimônio.

Uma pergunta realizada por uma integrante da plateia questionou como levar para dentro dos projetos de participação ativa o sentimento de pertencimento para a população que vive em São Luís, sendo que as normas de tombamento e manutenção de Patrimônio criam uma atmosfera de afastamento?

Alice Tavares responde que a solução é educação patrimonial, com indivíduos ainda crianças. Que quando é preciso lidar com adultos, é preciso fazer campanhas prévias de conscientização antes de impor situações. Luiz Fernando lembra que também é preciso educar o educador.

Museu Vila de Vassouras

por MAURICIO PROCHINICK – arquiteto

Moderador: Sergio Magalhães- Arquiteto e presidente UIA RIO 2021/ UFRJ/ IAB. Sergio Magalhães inicia a fala apresentando Mauricio Prochinick. E a seguir o arquiteto Mauricio apresentou o projeto de adaptação, reuso e restauração do Museu de Vassouras no Rio de Janeiro, composto por duas edificações, de características distintas, uma do século XIX e outra do século XX, ressaltando a importância do Patrimônio paisagístico. Nessa obra foi restaurado um Jardim de Roberto Burle Marx com desenho de inspiração judaica e criados outros jardins de integração.

Foi realizado um processo de consolidação, estabilidade e segurança do imóvel, que estava com risco de desabamento. Foram obras emergenciais realizadas para que o projeto pudesse ser desenvolvido com a certeza de que as edificações estariam em segurança. Enfatizou a importância do uso de materiais que se adequem a essas restaurações citando o exemplo na escolha de estrutura metálica em detrimento a madeira (perecível).

Explicou ter aproveitado ao máximo os materiais já existentes, respeitando a originalidade e que para trabalhos desta natureza é imprescindível o acompanhamento do arquiteto na obra, que ele assuma sua coordenação, pontuando a importância deste em qualquer projeto e a necessidade do arquiteto de possuir conhecimentos multidisciplinares.

Sergio Magalhães citou a característica não ortodoxa das escolhas do projeto, permitindo um diálogo com a modernidade.

BOAS PRÁTICAS-PROJETOS DE REABILITAÇÃO/CONSERVAÇÃO E SALVAGUARDA PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL E SEGURA

Essa RODA DE CONVERSA aconteceu no dia 15 de junho de 2023 e foi composta por representante do CAU-Conselho de arquitetura do Brasil de vários estados do Brasil, como o de São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco, Minas Gerais e de representantes do ICOMOS Brasil e nos trouxe uma reflexão teórica sobre as cartas patrimoniais e prática de preservação com diferentes experiências realizadas nos estados brasileiros.

Boas práticas em gestão do patrimônio em Minas Gerais e Belo Horizonte

por **FLÁVIO CARSADE:** Presidente do ICOMOS/BRASIL/UFMG

O professor da UFMG- Presidente do ICOMOS Brasil refletiu sobre diferentes experiências realizadas no Estado de Minas Gerais. Associou o termo boas práticas à longevidade, adesão e resultados quantitativos e qualitativos. Apresentou os exemplos dos conjuntos urbanos tombados de Belo Horizonte, dos exemplares protegidos ao longo das décadas e os princípios metodológicos. Citou também a implantação da transferência do direito de construir em Belo Horizonte e a experiência com o ICMS (Imposto sobre Operações relativas

à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual) do patrimônio cultural, uma nova política de incentivo do Estado de Minas Gerais. Os recursos do ICMS, proporcionaram um fundo de preservação como um incentivo à preservação dos bens do patrimônio cultural, que nos últimos 4 anos teve uma adesão de 98% dos municípios e resultou na elaboração de diferentes cartilhas como manual de boas práticas que estão disponíveis no site do icomos.org.br.

Cadernos Cidades: patrimônio de todos – CAU/SC

por LILIAN LOUISE FABRE SANTOS - CAU/SC

Trouxe uma comunicação sobre os cadernos cidade do patrimônio de todos do Conselho de arquitetura de Santa Catarina. A cartilha apresentada consiste em seis cadernos que tratam sobre o futuro do patrimônio, as imagens do patrimônio, o lugar do patrimônio e os conceitos que ajudam a compreender o patrimônio ancestral Catarinense, considerando os povos originários, as regiões serranas com os mapas de tipologias e ainda um caderno de boas práticas para valorização do patrimônio. Há também um caderno para o poder público auxiliando na gestão do patrimônio. Toda essa documentação é uma importante ferramenta da educação patrimonial de Santa Catarina e o futuro do patrimônio arquitetônico para regiões serranas. Preservar o passado para nosso futuro. Em toda ação preservacionista é vital a participação urbana. Importância da formação de guias turísticos da própria comunidade. Criar laços afetivos com a sociedade.

Boas práticas: conceitos, ideias e projetos a serem debatidos

por DALMO VIEIRA – CAU/SC

Falou da importância dos albergues do patrimônio criados em duas cidades; albergue da juventude de Penedo e albergue em Santa Catarina. O arquiteto ressalta a importância de preservar o passado e de construir estratégias práticas para o processo de preservação considerando que há uma crise. Ele traz uma reflexão sobre a questão Urbana atual e a significância das áreas centrais das cidades históricas no contexto dos ciclos históricos e econômicos para o entendimento dos conjuntos. Ele falou da importância dos bens tombados como fatores de compreensão e da importância da capacitação dos guias Mirins na transmissão do patrimônio pelas jovens e crianças. Reflete ainda, que os bens tombados são fatores de compreensão do nosso país e da possibilidade de pensar em laços mais criativos no processo de preservação com a sociedade.

Reflete sobre a decadência e a perda dos significados dos centros históricos e de como o patrimônio Urbano precisa de novos conceitos e parâmetros. Os centros históricos precisam de mais gente morando. e pergunta: qual o resultado que queremos com a preservação dos centros históricos? o patrimônio Urbano precisa de novos conceitos e parâmetros na sua preservação. ressalta também a importância de trabalhar com o patrimônio das cidades marítimas. Deixou o questionamento: o patrimônio urbano precisa de novos conceitos e parâmetros?

Preservar o passado para nosso futuro - CAU/CE e o ministério público

por LUCAS ROZZOLINE- Presidente do CAU/CE

Ressaltou a importância de preservar o passado para o nosso futuro e traz à mesa a experiência do Conselho de Arquitetura do Ceará com o Ministério Público em ações conjuntas. Foram realizados vários exercícios do Ministério Público em alguns edifícios como casarão Golden, o Edifício São Pedro e o casarão Pacatuba esses três edifícios ecléticos envolveram ações conjuntas do Cau do Ministério Público. O Casarão Godinho de 1912 que foi demolido em dois dias, o Edifício São Pedro que tem um patrimônio moderno, então houve um trabalho conjunto entre o CAU que ajudou a reverter o parecer dos Engenheiros mostrando o valor do edifício. Essas ações conjuntas de recomendação e questionamento das responsabilidades técnicas e pedido de tombamento. Ressaltou ainda o fundo de interesse difuso como uma um instrumento de repasse de recursos de multas para os bens históricos possibilitando algumas ações de preservação.

A atuação da comissão temporária de patrimônio cultural do CAU/PE na promoção de boas práticas de salvaguarda

por SERGIO MOTTA – CAU/PE

Sergio Motta enfatizou os casos de Caruaru e Petrolina. Trouxe a comunicação sobre a atuação da comissão temporária de patrimônio cultural do CAU Pernambuco na

promoção de boas práticas de preservação. Ele relata então a atuação da comissão com os escritórios do CAU em outras cidades de Pernambuco como Caruaru e Petrolina na promoção de boas práticas e salvaguarda com a capacitação de profissionais, identificou várias Vertentes temáticas como a preservação do Sertão do Vale do São Francisco e o mapeamento de Diagnóstico do interior do Estado e ainda também um selo de qualificação de boas práticas do cal Pernambuco na preservação patrimonial tomou como exemplo a o monumento da catedral de Petrolina.

Patrimônio, significância cultural e mudança de uso

por TOMÁS DE ALBUQUERQUE LAPA – CAU/PE

Tomás Lapa enfatizou as inquietações que permeiam as práticas de salvaguarda. O professor nos trouxe uma reflexão teórica sobre a consciência do patrimônio baseada nas cartas patrimoniais de Atenas de 1933 que tratou dos bens isolados, da criação do IPHAN em 1937 como instrumento de preservação e da Carta de Veneza sobre os tecidos urbanos. Trouxe também uma reflexão sobre o processo da urbanização acelerada, especulação e verticalização das cidades na década de 1970 e do abandono das áreas centrais e da desconsideração pelos referenciais teóricos do Giovanoni, Gordon Cullen e Kevin Lynch na cidade e o abandono do urbanismo do conjunto. Reflete ainda sobre as alterações da paisagem Urbana e a subutilização e abandono das áreas centrais que constam na declaração de Amsterdam. O professor Tomás questiona qual é a conduta esperada das instituições públicas no processo de preservação? Qual o posicionamento dos técnicos? Como podemos construir um

novo conceito de significância cultural? O professor relembrou a carta de burra de 1980 feita na Austrália, que destaca os valores patrimoniais resultantes do julgamento e da validação social dos significados do passado e do presente, citando Silvio Zancheti da UFPE e os princípios da conservação urbana integrada.

Alerta ainda que é falta de educação patrimonial e o grau de responsabilidade de todos no uso na preservação dos bens tangíveis e intangíveis. Destaca também que a mudança de usos é importante como instrumento da preservação dos bens culturais e cita os novos usos referenciando teses de doutorado do programa do MDU UFPE como novos usos para a igreja de Marechal Deodoro adaptada à biblioteca e sobre o parque Metropolitana Armando de Holanda em Cabo de Santo Agostinho.

Ações do CAU/MG na área de patrimônio

por EDWIGES LEAL- Presidente do CAU/MG

Ressaltou a importância da prefeitura como parceira. E comunicou que criou cartilhas para sensibilizar a sociedade. Traz um relato das ações do CAU Minas Gerais na área de patrimônio e a criação da comissão permanente de patrimônio em 2019 e da criação da comissão de assistência técnica que tem por objetivo zelar pela disciplina e ética do exercício profissional e fomentar as políticas públicas da ação profissional.

Destaca as ações de fiscalização, capacitação e editais de patrocínio utilizando o ICMS cultural pois o estado de Minas Gerais detém 65% do patrimônio tombado brasileiro. Ressalta

as ações, eventos e os termos de cooperação técnica e os trabalhos de fiscalização e apoio jurídico na revisão de editais para garantir a participação dos Arquitetos. Ressalta a elaboração de cartilhas do patrimônio cultural, e o projeto rotas como ações relevantes. Destacou ainda o edital de Patrocínio, com 200 mil para o fortalecimento de ações da preservação e Reabilitação de patrimônio, com capacitação e aspectos legais de preparo dos agentes públicos e destaca a realização do Primeiro Seminário Nacional de Patrimônio como um caminho para valorização da arquitetura realizada em 2023 que resultou na carta de Ouro Preto, disponível no site da Universidade Federal do Ouro Preto (feito pelo professor Carlos Magno) e no site do CAU BR, com 33 proposições de salvaguarda.

Boas práticas em Patrimônio Cultural em São Paulo

por CATHERINE OTONDO – Presidente do CAU/SP

Falou sobre a arquitetura contemporânea no bem tombado. Destacou que a comissão de patrimônio é uma comissão transversal e que o CAU São Paulo tem uma gestão de mulheres, composta de 158 arquitetas, que a sede do CAU São Paulo está no centro de São Paulo. Destacou ainda a Comissão da Memória do Conselho e do tratamento de acervos de arquitetura no Brasil, do qual ela é curadora do acervo de Paulo Mendes da Rocha. Destacou as ações de preservação e normalização juntamente com a prefeitura e de campanhas no metrô de São Paulo e o manual de orientação profissional.

Novas perspectivas para o Patrimônio: o papel do ICOMOS

por **LEONARDO CASTRIOTA** – vice-presidente do ICOMOS do Brasil e professor da UFMG

Patrimônio não é só identidade, é uma mercadoria importante. Identidade e mercantilismo. O patrimônio é universal. O tema é sobre novas perspectivas para o patrimônio, resgatando o papel histórico do ICOMOS Brasil. Ele destaca que o patrimônio é uma causa que consegue causar comoção e que houve uma explosão da discussão de patrimônio no mundo, que embora as cidades estejam ficando iguais, as tradições reaparecem no mundo, as técnicas ancestrais, as festas populares, as línguas antigas e que precisamos reafirmar: de onde viemos? Como estudar essas técnicas? Como essas técnicas antigas podem ser reabilitadas? Traz uma reflexão sobre o patrimônio não é só uma identidade, mas também uma mercadoria. É importante destacar o papel histórico do ICOMOS, trazendo a reflexão sobre o século XIX, a partir de Ruskin e Alois Riegl, destacando que depois da segunda guerra se formou uma nova camada burocrática com a Unesco e os organismos internacionais, num sistema internacional de proteção do Patrimônio, uma rede que compõe a ONU a OMS a OMC e a Unesco e que hoje é complementada pelos 17 objetivos da Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável. Hoje o Patrimônio apresenta as diferentes dimensões culturais material e imaterial tangível e intangível.

Castriota relata ainda grandes exemplos da UNESCO como a relocação do Templo de Abu Simel, no contexto da Guerra Fria, na Parceria do Egito por uma ação geopolítica destaca também grandes exemplos como acrópole, as inundações em Veneza e toda articulação e pensamento da convenção de 1972 da declaração de Paris e da importância do patrimônio

cultural e do patrimônio material. E o ICOMOS como um órgão que une 150 países, 15 mil especialistas e 29 comitês científicos, 143 comitês nacionais, que realiza assembleia geral e vários simpósios científicos, destaca ainda as missões internacionais como uma recente missão a Ucrânia, realizada pela arquiteta Teresa Patrício, visitando os desastres da guerra e a importância dos alertas e denúncias de quando um bem está ameaçado. Destaca também a importância dos Fóruns de mediação dos especialistas em soluções conjuntas que já foram realizadas em Lima no Peru, na Serra Central no Brasil da ação com as mineradoras no Pão de Açúcar em diferentes obras.

Essa mesa teve a moderação do arquiteto Hermes Fonseca, professor da UEMA e Presidente do CAU Maranhão e da professora Grete Pflueger, da Universidade Estadual do Maranhão e conselheira federal suplente do CAU - Ma. Teve por objetivo fazer uma roda de conversa sobre a questão da preservação do patrimônio no Brasil na sua dimensão teórica e prática com boas ações realizadas em diferentes estados no Brasil.

Patrimônio Cultural: sentidos em negociação

por DEYVESSON GUSMÃO- Diretor Patrimônio Imaterial do IPHAN

O Diretor falou sobre a política de salvaguarda do Patrimônio imaterial. Após citar o conceito de Patrimônio imaterial, Salvaguarda e Referência cultural, Deyvesson citou as normas estruturantes de salvaguarda desse Patrimônio e apresentou os princípios da política de salvaguarda do Patrimônio imaterial: a participação social, a descentralização e socialização e a articulação intersetorial. Em seguida

apresentou os processos realizados: Identificação, através do Inventário Nacional de Referências Culturais e do Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL dos bens; Reconhecimento, através dos registros, revalidações e do Inventário Nacional da Diversidade Linguística; e ações de apoio e fomento, através de ações de salvaguarda, do Plano de conservação e do monitoramento e avaliação da salvaguarda.

Posteriormente, o palestrante citou as três categorias de bens culturais:

1. Instituídas pelo Decreto 3551/2000 através da criação dos Livros de Registro- Celebrações, Formas de expressão, saberes e lugares;
2. Utilizadas para o Inventário Nacional de Referências Culturais- Celebrações, Formas de expressão, Ofícios e Modos de Fazer, Lugares, Edificações;
3. Utilizada para o Inventário Nacional de Diversidade Linguística e Guia de Pesquisa e Documentação da Diversidade Linguística- Línguas.

Deyvesson Gusmão apresentou dados que esclarecem a atuação da diretoria de Patrimônio Imaterial do IPHAN: 186 projetos de identificação realizados desde o ano de 2000, 52 bens culturais imateriais registrados, 27 planos de salvaguarda elaborados e 36 em processo de elaboração, 7 línguas reconhecidas e 20 línguas em processo de reconhecimento e outros exemplos de Patrimônios imateriais registrados.

MESA REDONDA: PRESERVAÇÃO DESAFIOS E INICIATIVAS

A 3ª mesa redonda realizada no dia 16 de junho de 2023 foi composta pelo moderador: Arquiteto João Carlos DGPC – PT, a Sra. Wilmara Figueiredo – Coordenadora do Patrimônio Humano da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico de São Luís, Sra. Kátia Bogéa - Historiadora e presidente da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico de São Luís, Antônio Sarasa – Presidente do Instituto Sarasa, a Arquiteta Dora Alcântara e o Presidente do Instituto Pedra Luiz Fernando de Almeida. Após a formação da mesa, cada convidado apresentou uma palestra sobre um tema e no final o moderador questionou fez perguntas a cada membro.

Os diálogos e influências múltiplas em torno do Centro Histórico de São Luís e o Quilombo Urbano Liberdade

por WILMARA FIGUEIREDO- Coordenadora do Patrimônio Humano da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico de São Luís

A palestrante introduziu seu tema abordando o centro histórico de São Luís e sua construção por pessoas escravizadas que foram mantidas à parte do direito de morar nesse espaço, para daí apresentar o Quilombo liberdade, certificado pela Fundação Palmares em 2019, surgido e existente nas proximidades do centro e que compõe os bairros da Camboa, Diamante, Fé em Deus, Liberdade, Sítio

do Meio e Adjacências.

Foi colocada a importância do reconhecimento do território, citou ser o primeiro inventário feito em uma comunidade quilombola, as ações previstas e o percurso desde 2021 para a tentativa desse reconhecimento. Foram identificadas 10 categorias culturais, como o reggae e o tambor de crioula.

Por fim, listou alguns desafios e reflexões da proposta de reconhecimento, entre eles a dificuldade das pessoas se reconhecerem como quilombolas e as possíveis razões dessa relutância.

Educação Patrimonial: uma ferramenta para preservação e salvaguarda do Patrimônio

por KÁTIA BOGÉA - Historiadora e presidente da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico de São Luís

A presidente apresentou alguns programas de educação patrimonial desenvolvidos pela FUMPH. Começou explicando o conceito de educação patrimonial e da sua importância para a preservação e salvaguarda do Patrimônio. Relatou como o trabalho é desenvolvido na Fundação: a partir de três pontos: formação, capacitação e promoção. Kátia Bogéa compartilhou que o novo Plano Diretor de São Luís foi aprovado com a indicação de promoção e incentivo às ações de Educação Patrimonial. Apresentou também a coleção de livros paradidáticos desenvolvidos pela Fundação que irão auxiliar a educação patrimonial nas escolas municipais, resultado do programa Patrimônio nas Escolas, o Programa Canteiro Escola e as ações de promoção, como o Centro de Interpretação do Patrimônio Mundial.

Estúdio Sarasa – Canteiro Vivo - Prêmio Rodrigo de Melo Franco

por ANTÔNIO SARASA – Presidente do Instituto Sarasa.

Antônio Sarasa compartilhou a experiência da zeladoria patrimonial e sobre o programa Canteiro Vivo. Sobre a Zeladoria do Patrimônio Cultural explicou que se trata de quem cuida do Patrimônio e que toda sociedade é um pouco zeladora. É um programa cujo conceito é de que a própria comunidade deve zelar pelo seu Patrimônio.

Ainda, cita sobre a importância do Patrimônio como forma de falar sobre os apagamentos e mostra alguns exemplos de experiências de zeladoria no Brasil.

São Luís, cidade azulejo

por DORA ALCÂNTARA - Arquiteta

A Dora Alcantara contou de sua paixão pelos azulejos de São Luís e do levantamento que realizou na capital, quando recém-chegada na cidade e recém-formada. Contou sua história de e de como sua vida foi entrelaçada e definida por seus estudos e trabalhos sobre azulejos. Explicou sobre história, tipos de azulejos, modelos, formas de fabricação, onde se encontram e citou exemplos de exemplares espalhados pelo Brasil e Portugal.

Museu do Azulejo de São Luís: Reconstruindo as pontes entre Brasil e Portugal

por LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA- Presidente do Instituto Pedra

Luiz Fernando de Almeida apresentou o projeto do Museu do Azulejo de São Luís, uma proposta que vem sendo desenvolvida e que é resultado da obtenção de recursos pela Lei de Incentivo Federal à Cultura através do Patrocínio do Instituto Cultural Vale. Falou dos desafios de implantação em razão da realidade local. Explicou que o museu deve possibilitar uma leitura do que está fora de suas paredes ao invés de guardar o que está fora e que ele não deve ser um objeto e sim uma estratégia de uma política e que como espaço de formação deve abrigar uma escola de azulejaria.

Também foram apresentados alguns exemplos de azulejos em painéis e desenhos em diferentes lugares e tempos da história brasileira. Luiz Fernando foi explicando a história, conceito e sentido de cada um.

Após a fala do Luiz Fernando Almeida, o moderador João Carlos dos Santos tomou a palavra, comentou sobre o fato do Patrimônio ser as pessoas e da importância do Patrimônio imaterial e passou à fase das perguntas.

A primeira pergunta foi dirigida a Wilmara Figueiredo: De que forma esse inventário de referências culturais pode contribuir também para a revitalização do centro histórico e como as unidades veem e se relacionam com o centro histórico tombado.

A coordenadora responde que a relação é uma simbiose. E que o processo pode ser um instrumento de educação

Patrimonial também para que barreiras inclusive físicas sejam vencidas e deixou uma pergunta para reflexão sobre como os órgãos de Patrimônio podem se reposicionar, repensar sobre o conceito dos usos e sentidos que o Patrimônio pode ter.

A segunda pergunta foi dirigida à Katia Bogéa: Na área da educação do Patrimônio, como as universidades têm interagido com a FUMPH e como a fundação tem promovido essa relação e na área da formação, como se consegue fixar a mão de obra ativa e focada no restauro do centro histórico da cidade.

Sobre a primeira pergunta, Katia Bogéa coloca que a realização do FIPA na Faculdade de Arquitetura da UEMA e o envolvimento e participação de outras universidades no evento é uma forma de tentar construir e reforçar esse laço, criando a conscientização da importância sobre o tema que ainda, infelizmente, como coloca a profissional, não é prioridade da sociedade, da classe de arquitetos e dos alunos de arquitetura. Ainda há muito desinteresse. Sobre a segunda pergunta, ela explica que foi realizada uma parceria com o Sindicato da Construção Civil, que acompanha os alunos e direciona-os para obras realizadas no centro histórico, porque sabe de todas as obras que acontecem, uma vez que as empresas estão filiadas ao sindicato.

A terceira pergunta foi dirigida ao Antônio Sarasa: Como um trabalho tão especializado como é o restauro, chamar outros intervenientes para esse processo, que não tem nada a ver com o processo, como se faz a coordenação, como se gera esse processo?

Antônia Sarasa responde que a mudança foi uma provocação, porque estavam percebendo a dificuldade dos profissionais da área de trazer os prédios à vida, embora eles saibam como as edificações morreram. Esta observação criou a expectativa de colocar todos no processo a fim de trabalhar mais a

conservação e evitar restauros, uma vez que o restauro implica em perda patrimonial. Falou também da importância do conhecimento, pertencimento e empoderamento para que a prática dê certo. E propôs desconstruir a ação restaurativa, como uma nova política cultural.

A quarta pergunta foi dirigida a Dora Alcântara: No caso concreto de São Luís, o que mais se vê são os azulejos no exterior dos edifícios. Se existem azulejos também no interior dos edifícios e se são figurativos e como vê a constituição de um Museu de Azulejos em São Luís e como se pode materializar e se partilha da visão do Luiz Fernando de Almeida.

Dora Alcantara responde que em razão de sua idade já percebeu que qualquer coisa é uma luta bem grande e que se a pessoa não tiver um espírito de luta igualmente grande, não consegue avançar. Sobre a existência de azulejos em interiores, citou a presença dos azulejos que simulam almofadas marmoreadas em lugares como a Igreja Nossa Senhora da Vitória. Quanto ao projeto do Museu, ela concorda e diz que a sua concepção é a cidade. Se a cidade não se motiva por isso, algo falta, o despertar.

A quinta pergunta foi direcionada ao Luiz Fernando de Almeida: Como é conciliar as exigências de um Museu do Azulejo com a preservação do Palacete da Rua Formosa, pois ele próprio incorpora Patrimônio e é Patrimônio com toda a expressão da tipologia pombalina e que não pode ser alterada e como se desenvolve esse projeto já que a obra já está sendo realizada.

Luiz Fernando responde que havia duas situações distintas: a instalação do museu em um sobrado na rua Portugal e a restauração do Palacete para a instalação da Secretaria Municipal de Turismo. Entretanto as características do sobrado dificultavam a instalação do museu. Por outro lado, o

Palacete se mostrava com interior amplo e digno de um uso público mais participativo. A troca foi levantada e espera o aval do Ministério da Cultura. Com uma resposta positiva, o projeto deverá ser alterado. Luiz Fernando comenta que aprendeu a trabalhar vendo os problemas como qualidades e que transformar o palacete em museu pode impactar ainda mais seu significado dentro do centro histórico.

Os paradigmas da arquitetura no mundo contemporâneo

por JOSE LUÍS CORTES – Presidente da União internacional de arquitetos - UIA

O professor inicia a apresentação com os questionamentos que norteiam e nomeiam sua exposição: quais são os paradigmas da arquitetura contemporânea? O mundo pós pandemia nos fez perceber as nossas vulnerabilidades e como a arquitetura tem relação com as mortes durante o período pandêmico. Quais os rumos devemos tomar a partir de agora? Ele afirma que sem entendimento do passado e ausência de compreensão do presente, não é possível ter um bom futuro. Esse é o fio condutor entre passado, presente e futuro. Dessa forma, a arquitetura precisa definir quais são os seus grandes paradigmas.

Primeiro paradigma: a relação de meio construído com o meio natural. Os seres humanos têm causado danos ao meio ambiente. Contaminando rios, lagos, mares, desflorestando áreas, diminuindo a qualidade do ar, do solo e da água, desequilibrando o mundo inteiro. As mudanças climáticas são causadas pela má gestão humana do planeta e grande parte tem relação com as construções. Nesse sentido, se não for corrigida essa relação, o planeta continuará sofrendo.

Com mais uma pergunta, o professor provoca: seremos capazes de corrigir esses danos? Ao que afirma: "hoje temos uma sociedade de desperdício, e isso é comprovado pela quantidade de lixo que produzimos".

Paradigma 02 - Desenvolvimento tecnológico

Paradigma 03 - Formação sólida de ensino.

E ele faz mais uma série de perguntas:

Como a arquitetura deve se comportar diante disso?

Qual o modelo de vida queremos?

Finaliza falando que o Brasil é um país fantástico, mas está sendo mal aproveitado.

MESA REDONDA: REUSO E SUSTENTABILIDADE

A mesa redonda foi composta pela Coordenadora geral FIPA BR/FAU USP MARIA RITA AMOROSO, NADIA SOMECK – Presidente do conselho de Arquitetura e urbanismo CAU/BR, ALICE TAVARES – Coordenadora Geral FIPA – PT/UA, RUI LEÃO - Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa – CIALP, RUI LOURIDO - União das cidades Capitais de Línguas Portuguesas – UCCLA, JOÃO CARLOS SANTOS – Diretor Geral Direção Geral DGPC – PT, SERGIO MAGALHÃES – Presidente UIA RIO 2021/UFRJ/IAB e JOSE LUÍS CORTES – Presidente da União internacional de arquitetos – UIA.

Nesse encerramento cada um dos participantes da mesa destacar pontos essenciais da discussão deste Fórum.

A Coordenadora geral FIPA BR/FAU USP MARIA RITA AMOROSO destacou que o futuro do planeta é preocupante. Quem lida com patrimônio está acostumado a pensar em uso, mas principalmente em reuso. O reuso é importantíssimo! Não se deve só pregar a sustentabilidade, mas vivenciar essa sustentabilidade na hora de planejar os novos espaços.

NADIA SOMECK – Presidente do conselho de Arquitetura e urbanismo CAU/BR, afirma que o Patrimônio é uma questão urbana! Quais problemas devemos enfrentar? Primeiro: Mudanças climáticas; Segundo: Reduzir desigualdades; Terceiro: Resolver questões democráticas.

ALICE TAVARES – Coordenadora Geral FIPA – PT/UA aponta que ser arquiteto é uma missão, que deve ser exercida com responsabilidade. As ferramentas tecnológicas não substituem o pensamento do profissional sobre o uso do

espaço. As universidades têm a missão de colocar o pensamento crítico nos alunos. Os arquitetos devem assumir a posição de liderança, devem aprender e repassar o conhecimento.

RUI LEÃO - Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa – CIALP, inicia apresentando os desafios vivenciados em Macau (China). A cidade possui um Centro Histórico que recebe cerca de 30 mil turistas por ano, mas que só visitam uma importante rua. O restante do centro histórico continuava abandonado e sofrendo um processo de esvaziamento. Dessa maneira e sem o apoio governamental, o próprio Rui Costa em conjunto com a comunidade, desenvolveu políticas de valorização do local. Outro desafio apresentado pelo arquiteto, foi a elaboração de uma lista com os edifícios notáveis no século XX para traçar a narrativa dessas construções (tipologias, fenômenos e classificações arquitetônicos desconhecidos e desvalorizados). Salientou ainda, o interesse no estudo sobre a gestão das cidades informais e como a participação em eventos como o FIPA e a parceria com o CAU, que está desenvolvendo políticas de assistência técnica, são importantes para fortalecimento, trocas e ampliação o conhecimento.

RUI LOURIDO - União das cidades Capitais de Línguas Portuguesas – UCCLA, traz para reflexão quatro grandes problemas da sociedade atual: as alterações bioclimáticas; as desigualdades no ensino e gestão da educação; as migrações que estão ocorrendo em todo o mundo; e conscientização sobre sustentabilidade e cultura. Por fim, deixa como sugestão ao evento, trazer a participação de representantes da África e Ásia.

JOÃO CARLOS SANTOS – Diretor Geral Direção Geral DGPC - PT, inicia destacando a importância de fóruns como o FIPA para trocas de conhecimento sobre patrimônio. Dessa

maneira, João Carlos reforça a ideia de que não existe patrimônio cultural sem as pessoas, elas são o ponto central nessa discussão. Destaca também: o tombamento é necessário, mas não resolve os problemas do patrimônio; a arquitetura atual é o patrimônio do futuro, então precisa ser de qualidade; é necessário a formação de equipes técnicas de qualidade, e trazer pesquisadores e a comunidade científica para essa causa; e reforça que reabitar é a verdadeira sustentabilidade. Por fim, parabeniza a fundação Municipal de Patrimônio Histórico - FUMPH pelo excelente trabalho realizado em São Luís/MA.

SERGIO MAGALHÃES – Presidente UIA RIO 2021/UFRJ/IAB, faz a provocação para a mesa: “Como, onde e com que condições vamos construir nos próximos anos?”

JOSE LUÍS CORTES – Presidente da União Internacional de Arquitetos - UIA destaca alguns assuntos como: refletir sobre o papel do Brasil nos próximos anos dentro da América Latina e no mundo; a preocupação com as mudanças climáticas e o fenômeno do desaparecimento de cidades, sobretudo as em áreas costeiras; o aquecimento global causando o fenômeno migratório; as migrações urbanas e a urgência do fortalecimento do sentido de pertencimento desses novos moradores; e refletir como garantir emprego, moradia, saúde, educação e alimentos para as pessoas diante do crescimento populacional previsto para 2050 (mais de dois milhões de pessoas). Por fim, o arquiteto orienta traçar metas e que se deve ser otimista para fazer a transformação das cidades para o futuro.

Todos os participantes da mesa apresentaram seus agradecimentos e se despediram até o próximo Fórum em Portugal PT/UA.

EVENTOS DO FÓRUM

EXPOSIÇÃO: URBANISMOS DE INFLUÊNCIA PORTUGUESA

Estavam presentes e participaram da solenidade de abertura da exposição, Hugo Barreto- Diretor Presidente do Instituto Cultural Vale, Katia Bogéa –Presidente da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico - FUMPH, Professora e Arquiteta Dra. Grete Pflueger- Universidade Estadual do Maranhão, Nádía Someck- Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo- CAU/BR, Professora arquiteto PHD Nestor Goulart – FAU/USP, Rui Lourido – Coordenador Cultural da UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa – UCCLA, Arq. Rui Leão – Presidente Conselho Internacional Arquitetura Língua Portuguesa CIALP, A Artista plástica, professora e Dra. Rosilan Garrido.

Foi transmitida uma fala do professor PHD Nestor Goulart com o título de “Estudos sobre a urbanização no Brasil em sua relação com a preservação e a conservação do Patrimônio Cultural nas diversas escalas e conjuntos”, ao que ele acrescentou: “Etapas da construção de uma consciência e de uma ciência”.

O professor relatou sua experiência profissional, sempre atrelada ao seu trabalho na FAU/USP. Falou sobre a FAU/USP, do seu surgimento e atuação acadêmica e da relação dos direcionamentos tomados à época com o tema em discussão no Fórum, citando que muitas vezes novos caminhos precisam ser construídos pelas novas gerações. Falou das heranças recebidas pela sua geração e as diretrizes tomadas à época e que precisou buscar formação em antropologia cultural. Citou

as áreas de estudo até então inexistentes no IPHAN como Produção e Organização dos espaços Urbanos e Urbanismo e que a Faculdade precisou se aprofundar com pesquisas e a consequente criação de disciplinas e grupos de pesquisa.

O professor deu um exemplo, na prática, através de sua vida profissional e acadêmica e da história da FAU/USP de como buscar e construir novos caminhos e a importância da solidariedade entre os pesquisadores nesse processo de construção.

As professoras Rosilan Garrido e Grete Pflueger falaram sobre a parte da exposição montada por elas e fizeram agradecimentos. Rui Lourido explicou a origem da exposição e fez agradecimentos. Em seguida o restante da banca agradeceu o convite, a oportunidade e convidou para a exposição.

Os presentes foram levados ao Centro Cultural Vale do Maranhão, local da exposição, em cortejo, pelo Boi da Matinha.

EXPOSIÇÃO: PANORÂMICA DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUIS PATRIMÔNIO MUNDIAL

Local: Praça Nauro Machado – Centro Histórico

EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS DOS ALUNOS NO HALL DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

A 9ª edição do FIPA organizou em conjunto com as Universidades públicas e Privadas de São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, o Centro de Ensino -CEUMA, Universidade Dom Bosco UNDB, uma exposição de Trabalhos Finais de Curso-TCC de alunos do curso de arquitetura e urbanismo com temáticas sobre a preservação do centro histórico de São Luís. A exposição de banners que foi organizada pelos professores e alunos teve por objetivo incentivar a produção acadêmica e debater sobre a preservação do patrimônio histórico material e imaterial em São Luís, que parte de sua cidade histórica inscrita pela UNESCO como patrimônio Mundial.

VIDEO DOCUMENTÁRIOS

1. Paisagem concreta com direção de Luíz Ferraz;
2. As rochas nos contam: a história do uso da pedra nos monumentos do Rio de Janeiro. Direção de Ricardo Giarolli e roteiro de Núria Fernández.

VISITA TÉCNICA CANTEIRO DE OBRA DA RESTAURAÇÃO DO PALACETE DA RUA FORMOSA

A Visita técnica ao Palacete da Rua Formosa, em São Luís ocorreu dia 15 de junho 2023 às 12h. O Edifício de cinco pavimentos, um dos remanescentes da arquitetura luso-brasileira, construído seguindo os padrões do sistema construtivo da gaiola pombalina - método construído derivado da reconstrução de Lisboa, realizada pelo Marquês de Pombal após o terremoto de 1755 em Lisboa.

O prédio foi um reflexo do apogeu econômico vivido pelo Maranhão, decorrente da exportação de algodão, arroz e açúcar. O imóvel datado de 1829 teve seu térreo utilizado para fins comerciais e os pavimentos superiores para residência/moradia de famílias nobres até 1859. O edifício serviu de sede do Colégio Nossa Senhora da Soledade (1860-1862), abrigou o Hotel Central da capital (1867-1869), serviu de clube familiar e, na década de 1870, passou a ser residência da Família do Comendador Leite (1867-1869), quando passa a ser denominado de Solar dos Leites. Sediou ainda o Tribunal de Justiça do Maranhão por 10 anos, entre 1911 e 1921. Após ter sido comprado por Assis Chateaubriand, de 1945 a 1966 foi ocupado pelos Diários Associados e, por um período de 44 anos, abrigou o jornal “O Imparcial” (1967-1992). De propriedade do Município desde 1992, o imóvel recebeu obras de reforço estrutural ao longo dos últimos anos e conta com projetos de restauração integral concluídos, ambos serviços contratados pela Superintendência do Iphan no Maranhão.

O Palacete passa por obras de restauro sob a responsabilidade da Prefeitura de São Luís, por meio da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico (FUMPH), em parceria com o Instituto

Pedra (SP). As obras preveem a restauração de todo o imóvel, com a recuperação do sistema estrutural em gaiolas pombalinas, pisos, forros, portas e janelas, escadas. O uso proposto para o imóvel é abrigar o museu dos azulejos.

A visita técnica foi seguida de uma aula sobre a técnica e método construtivo da gaiola pombalina realizada pela professora e arquiteta Alice Tavares coordenadora Geral do FIPA Portugal, professora e pesquisadora da Universidade de Aveiro do DEMAC -CICECO UA

SINTESE GERAL DO 9º FÓRUM INTERNACIONAL DE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

FIPA PARA A UNIÃO INTERNACIONAL DOS ARQUITETOS- UIA

A realização do fórum deixou algumas contribuições importantes para a comunidade profissional, a acadêmica e aos pesquisadores da área de patrimônio:

SINTESE DIA I

1. A partir da palestra do arquiteto Gonçalo Byrne, com base em sua experiência, deixou lições que devem nortear a atuação profissional contemporânea em Patrimônio;
2. Leandro Grass presidente do IPHAN Brasileiro tornou públicas as ações do órgão, em que gestores, pesquisadores, outros órgãos e instituições das unidades federativas possam atuar com mais direcionamento nas solicitações e apresentações de demandas;
3. João Carlos dos Santos apresentou em pormenor o complexo projeto realizado para instalação do Museu do Tesouro Real no Palácio Nacional da Ajuda, contribuindo com a divulgação de conhecimento de ordem prática de soluções para projetos aos participantes do evento;

4. Elisabete Moura Lopes Barreiros Ferreira externou os investimentos propostos para a cultura realizados em Portugal, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência-PRR e suas condições de aplicação, permitindo à comunidade brasileira conhecer os termos necessários para a proposição de parcerias, considerando o contexto real de possibilidades e de dificuldades existentes na atualidade, em Portugal;

5. Em continuidade ao colocado por Leandro Grass, Andrey Rosenthal Schlee apresentou as diretrizes do programa de reconstrução e transformação do Brasil e os grupos prioritários de ações para contribuir para que as unidades federativas na figura de seus gestores, órgãos, instituições e pesquisadores possam atuar com mais direcionamento nas solicitações e apresentações de demandas;

6. A partir de falas de João Carlos dos Santos e Elisabete Moura Lopes Barreiros em mesa redonda, foi possível captar possibilidades de interação e parcerias reais de trabalho e pesquisa entre o Brasil e Portugal (considerando as dificuldades para aplicar o investimento recebido do PRR), em áreas como aperfeiçoamento profissional, colaborações profissionais e fornecimento de mão de obra e matéria prima;

7. Leandro Grass se mostrou disposto a fortalecer parcerias e estreitar a relação Brasil- Portugal na área de Patrimônio, o que abre portas para proposições de projetos e planos de ações de cooperação internacional;

8. Leandro Grass externou a possibilidade de o Patrimônio alcançar outros campos como a economia e a sustentabilidade, incentivando a comunidade científica e gestores a pensar e desenvolver ações multisetoriais, como uma forma de contornar limitações de investimento;

9. João Carlos dos Santos expôs, através do caso português, a importância da participação da sociedade na garantia de investimentos na área de Patrimônio, participação esta que

depende da conscientização dos indivíduos, reforçando a necessidade citada por Leandro Grass de popularizar o IPHAN, sua atuação e a importância do Patrimônio;

10. A assinatura do protocolo de intenções entre o IPHAN e a coordenação geral do FIPA Brasil para a realização do Fórum Internacional sobre Patrimônio Arquitetônico Brasil – Portugal;

11. Foi de grande contribuição o diagnóstico da Iphan e a tomada de decisão de implantar 13 ações prioritárias definidas pelo DEPAM (2023-2026);

12. Antônio Ponte apresentou em detalhe, citando as premissas e objetivos de como serão os Centros de Interpretação do Patrimônio Cultural, possibilitando às comunidades acadêmicas, pesquisadores e gestores se prepararem em suas solicitações e proposições para usos e participações nesses espaços;

13. Nestor Goulart, direcionou a atividade no campo Patrimonial citando que muitas vezes novos caminhos precisam ser construídos pelas novas gerações. O professor deu um exemplo, na prática, através de sua vida profissional e acadêmica e da história da FAU/USP de como buscar e construir novos caminhos e da importância da solidariedade entre os pesquisadores nesse processo de construção;

14- Destacou-se nas falas dos palestrantes europeus a preocupação e o estado de apreensão com a instabilidade na Europa em função da Guerra Rússia-Ucrânia. A guerra sendo antítese da arquitetura. A arquitetura constrói e a guerra destrói. Muito do patrimônio cultural se perdeu e está se perdendo com a guerra.

SÍNTESE DIA 2

14. Ana Paula Amendoeira, através de sua fala, permitiu a visualização da possibilidade da candidatura de São Luís como capital brasileira da Cultura, realizou demonstrações de práticas de salvaguarda em Portugal e no Brasil e apresentou sua metodologia de Trabalho que é de projeto participativo, com audições da população e de agentes culturais perpassando por três linhas temáticas: Espaço (dominância), Tempo (onde estamos e onde queremos chegar) e Matéria (legado para o futuro);

15. Alice Tavares compartilhou resultados dos efeitos da prática vernacular da caiação na conservação de alvenarias de adobe determinadas com testagens laboratoriais físico-químicas que concluíram que a caiação ajuda na conservação do patrimônio cultural;

16. Anibal Costa (coautora Alice Tavares) por meio de sua fala fortaleceu o entendimento de que é preciso entender o edifício como um todo, com usos, função, técnicas e sistemas construtivos particularizados, já que as construções variam de região para região. Não cabendo utilizar as mesmas técnicas no país todo, em função da sua diversidade;

17. A partir das falas de Alice Tavares, Aníbal Costa e Luiz Fernando Almeida ficou exposto a carência de divulgação de conhecimento na área de Patrimônio e do acesso da comunidade e dos profissionais da área. Também destacaram a falta de articulação entre cidades e universidades para disseminação e aplicação do conhecimento patrimonial, bem como a falta de investimento dentro das universidades em pesquisas e laboratórios da área;

18. Através da fala de Mauricio Prochinick, o compartilhamento de diversas técnicas e soluções não

ortodoxas a serem utilizadas em projetos de restauração e requalificação do Patrimônio;

19. Flávio Carsalade, através de sua exposição sobre práticas de incentivo que deram certo em Minas Gerais, contribuiu para incentivar gestores de outras unidades federativas e Portugal a adotarem políticas e práticas de patrimônio rentáveis e sustentáveis;

20. Com a apresentação da coleção elaborada pelo CAU/SC, Lilian Louise Fabre Santos inspirou que outros estados e Portugal adotem ação similar de educação patrimonial, além de compartilhar com a comunidade o conhecimento reunido em publicação;

21. Dalmo Vieira levanta importantes questões sobre o Patrimônio Urbano e leva os colegas e participantes à reflexão sobre o tema;

22. Lucas Rozzoline mostrou a importância da parceria e de ações conjuntas com o Ministério público para a proteção patrimonial;

23. Sergio Motta compartilhou com a comunidade o trabalho da comissão temporária de patrimônio cultural do CAU Pernambuco na promoção de boas práticas de preservação, iniciativa sempre importante para o incentivo ao trabalho do conselho nas demais unidades federativas e Portugal;

24. Tomás de Albuquerque Lapa faz uma fala de reforço importante sobre questões que precisam ser mais discutidas nas cidades: o Patrimônio e o urbano e suas questões, bem como sobre a importância da educação patrimonial;

25. Edwiges Leal apresentou a atuação do CAU/MG na área de patrimônio e contribuiu para o incentivo ao trabalho do conselho nas demais unidades federativas e Portugal;

26. Somando-se a outros colegas que contribuíram para o

incentivo ao trabalho do conselho nas demais unidades federativas e Portugal, Catherine Otondo expõe a atuação do CAU/SP. Importante fala da arquiteta anuncia que a gestão do CAU/SP é uma gestão feminina, composta por mulheres;

27. Leonardo Castriota faz uma importante reflexão sobre o valor do Patrimônio que também é mercado e aborda a importância do ICOMOS na preservação do Patrimônio, dando exemplos de sua atuação no mundo e de sua relevância.

SINTESE DIA 3

28. Deyvesson Gusmão apresentou o trabalho da diretoria do Patrimônio imaterial do IPHAN, citando alguns exemplos e dados do trabalho que está sendo realizado, fortalecendo o entendimento da importância do Patrimônio imaterial;

29. Wilmara Figueiredo apresentou o Quilombo Liberdade, sensibilizando para a importância do reconhecimento de sua história especificidade e excepcionalidade, como Patrimônio imaterial;

30. Kátia Bogéa apresentou para a comunidade a atuação da FUMPH e as ações que vem sendo desenvolvidas pela Fundação, também sendo um importante incentivo e inspiração ao trabalho das demais unidades federativas e Portugal;

31. Antônio Sarasa explicou no que consiste e como funciona a Zeladoria de Patrimônio Cultural, iniciativa na área do Patrimônio que vem ganhando destaque pelo seu êxito e citou alguns exemplos;

32. Dora Alcantara realizou falou sobre azulejos, tipos, modelos, formas de fabricação, onde estão localizados,

percorrendo as principais cidades do Brasil em importância de coleção de azulejos e de Portugal;

33. Luiz Fernando de Almeida apresentou para a comunidade o projeto do Museu de Azulejo de São Luís e das expectativas de sua implantação.

34. O arquiteto Luís Cortes por meio de sua fala recomendou a preocupação com três grandes paradigmas da arquitetura contemporânea. O primeiro, a relação meio construídos e o meio natural, homem e natureza. O segundo, o acesso desigual às tecnologias. E terceiro, a qualidade do ensino atual.

35. A arquiteta e urbanista Maria Rita se mostrou preocupada com o futuro do planeta. Não se deve só pregar a sustentabilidade, mas vivenciar essa sustentabilidade na hora de planejar os novos espaços. Concluindo assim, que o reuso é de extrema importância.

36. A arquiteta e urbanista Nádia Someck reforçou a ideia de que o patrimônio é uma questão urbana e que tem uma série de problemas que deve ser enfrentado. Primeiro: Mudanças climáticas; Segundo: Reduzir desigualdades; Terceiro: Resolver questões democráticas.

37. Alice Tavares, fortaleceu o papel do arquiteto na sociedade, mas reforça que esta é uma missão que deve ser exercida com responsabilidade. As ferramentas tecnológicas não substituem o pensamento do profissional sobre o uso do espaço. E as universidades têm a missão de colocar o pensamento crítico nos alunos. Assim como os arquitetos devem assumir a posição de liderança, devem aprender e repassar o conhecimento.

RECOMENDAÇÕES FINAIS DESTACADAS DESSE FIPA PARA AUNIÃO INTERNACIONAL DOS ARQUITETOS - UIA

1-Com base na imensa participação dos professores recomenda-se firmar parcerias com a Universidade de Portugal para estágios internacional de graduandos, além de parcerias para criação e participação em Mestrados, Doutorados e Pós-doutorados;

2-A educação de Arquitetura Patrimonial para crianças e jovens em escolas, despertando, assim o sentimento de identidade e pertencimento da cidade.

3-Criação de mais Programas voltados para Arquitetura do Patrimônio como os mostrados aqui: Canteiro escola, Livros didáticos...

4-Criação de novos Programas de Arquitetura Patrimonial como Morador-Guia, onde, baseado na experiência da zeladoria, os próprios moradores podem se capacitar e fazer a apresentação do acervo local.

5-Incentivar a população em geral conhecer, admirar e cuidar

do Centro Histórico da sua cidade através de passeios guiados, palestras e oficinas sobre pequenas partes como: azulejo, pinturas e pequenos restauros.

6-Incentivar boas práticas na preservação do patrimônio como a do Estado de Minas Gerais, no Brasil, de utilizar parte dos impostos do ICMS na criação de um fundo de preservação.

7-Entrelaçamentos entre os conceitos contidos nas cartas patrimoniais históricas de Atenas (1933) e Veneza (1964) e com as atuais com os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030 sobretudo no item 11 que trata de fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

8- Aumento dos investimentos na Instituições de Ensino Superior – IES públicas brasileiras no sentido de criar, equipar e manter laboratórios de materiais vernaculares e contemporâneos, sistemas e técnicas construtivas voltadas para a proteção, manutenção e conservação do patrimônio cultural.

9-Inclusão da temática dos espaços livres e da arquitetura paisagística tratando da conservação e da recuperação de jardins históricos e de paisagens significativas.

10- Criação de cursos de restauro e conservação em escolas técnicas e de ensino médio para formar mão de obra qualificada para tratar do patrimônio cultural (edificações e espaços livres).

REFERÊNCIAS

- AMOROSO, Maria Rita; BOGÉA, Katia; FONSECA, Hermes; BESO, Marcelo (organizadores). Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal. São Luís: Editora UEMA, 660 p. Livro Digital. ISBN 978-85-8227-336-4.
- BORGES, Debora Garreto. Relatório da 9ª edição do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico FIPA - Brasil-Portugal, aconteceu em São Luís do Maranhão entre 14 e 16 de junho de 2023 no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.
- CÂMARA, Andreia Jane Leandro. Relatório da 9ª edição do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico FIPA - Brasil-Portugal, aconteceu em São Luís do Maranhão entre 14 e 16 de junho de 2023 no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.
- DUALIBE, Giovanna Jansen. Relatório da 9ª edição do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico FIPA - Brasil-Portugal, aconteceu em São Luís do Maranhão entre 14 e 16 de junho de 2023 no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.
- FEITOSA, Nairama Pereira Barriga. Relatório da 9ª edição do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico FIPA - Brasil-Portugal, aconteceu em São Luís do Maranhão entre 14 e 16 de junho de 2023 no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.
- FERREIRA, Bruna Andrade. Relatório da 9ª edição do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico FIPA - Brasil-Portugal, aconteceu em São Luís do Maranhão entre 14 e 16 de junho de 2023 no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.
- MACHADO, Larissa Lopes da Mata. Modernidades Portuárias: relação cidade e porto com a expansão urbana de São Luís. Relatório de Pesquisa PIBIC FAPEMA vinculado a Pesquisa Arquitetura Moderna nos Eixos de Expansão Urbana de São Luís desenvolvida pela professora orientadora Grete Soares Pflueger. Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Centro

de Ciências Tecnológicas - CCT, Curso de Arquitetura e Urbanismo. São Luís, MA, 2023.

MARQUES, Célia Regina Mesquita. Relatório da 9ª edição do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico FIPA - Brasil-Portugal, aconteceu em São Luís do Maranhão entre 14 e 16 de junho de 2023 no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.

NOGUEIRA, Jussara Martins. Relatório da 9ª edição do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico FIPA - Brasil-Portugal, aconteceu em São Luís do Maranhão entre 14 e 16 de junho de 2023 no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.

PFLUEGER, Grete Soares. Relatório da 9ª edição do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico FIPA - Brasil-Portugal, aconteceu em São Luís do Maranhão entre 14 e 16 de junho de 2023 no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.

PRADO, Barbara Irene Wasinski. Relatório da 9ª edição do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico FIPA - Brasil-Portugal, aconteceu em São Luís do Maranhão entre 14 e 16 de junho de 2023 no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.